UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais- campus de Franca

JÚLIA RAFAELA DA SILVA PINHEIRO

"A EDUCAÇÃO POR UM GRANDE BRASILEIRO": Análise das cartilhas de educação moral e cívica durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945)

Franca - SP

2026

JÚLIA RAFAELA DA SILVA PINHEIRO

"A EDUCAÇÃO POR UM GRANDE BRASILEIRO": Análise das cartilhas de educação moral e cívica durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945)

Dissertação apresentada a Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca, para a Obtenção do título de Mestre em Planejamento e Análise de Políticas Públicas

Área de concentração: Desenvolvimento Social

Orientadora: Profa. Dra. Alessandra David Moreira da Costa

Franca - SP

2026

P654"

Pinheiro, Júlia
"A EDUCAÇÃO POR UM GRANDE BRASILEIRO" : Análise das cartilhas de educação moral e cívica durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945) / Júlia Pinheiro. -- Franca, 2026
94 p. : il., fotos + objeto educacional

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca
Orientadora: Alessandra Costa

1. História da Educação. 2. Getúlio Vargas. 3. Cartilhas. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Dados fornecidos pelo autor(a).

IMPACTOS DA PESQUISA

O impacto deste trabalho está na abrangência das políticas públicas curriculares que se perpetuam ao longo da história da educação brasileira, como prescrição, moldada pelos governos e pelos governantes que estão no poder. No caso, é possível verificar como os 15 anos ininterruptos de Getúlio Vargas no comando do país, moldaram a formação escolar brasileira, com características como obediência, civilidade, e patriotismo, valores que, mesmo com o passar de muitos anos, ainda são reverberados por parte da população, ao votarem a favor da transformação das escolas públicas, em escolas cívico-militares.

POTENTIAL IMPACT OF THIS RESEARCH

The significance of this work lies in the scope of public curricular policies that have persisted throughout the history of Brazilian education as mandates shaped by the governments and leaders in power. Specifically, one can observe how Getúlio Vargas's uninterrupted fifteen-year tenure at the country's helm shaped Brazilian schooling, instilling traits such as obedience, civility, and patriotism—values that, despite the passage of many years, still resonate with a segment of the population that votes to transform public schools into civic-military schools.

JÚLIA RAFAELA DA SILVA PINHEIRO

"A EDUCAÇÃO POR UM GRANDE BRASILEIRO": Análise das cartilhas de educação moral e cívica durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945)

Dissertação apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, campus de Franca, para a obtenção do título de Mestre em Planejamento e análise de Políticas Públicas

Área de concentração: Políticas Públicas

Data da Defesa:10/03/2026

Banca Examinadora:

_____

Prof. Dr. Alessandra David Moreira da Costa

UNESP – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Campus de Franca

_____

Prof. Dr. Vânia de Fátima Martino

UNESP – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Campus de Franca

_____

Prof. Dr. Alessandra Cristina Furtado

UFGD- Faculdade de Educação- Dourados/MS

Dedico este trabalho a todos que trabalham e defendem pela educação brasileira, que possam utilizar desta dissertação como suporte nesta busca constante por reconhecimento.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Adriana e Rosevaldo, que não apenas me incentivaram em todos os momentos decisivos de minha vida, mas ainda me dão todo carinho e suporte para permanecer fazendo aquilo que descobri amar, falar e viver da Educação. Para vocês, que nunca deixaram as lágrimas e a saudade serem maior que as alegrias de viver estes momentos tão sonhados comigo, mesmo separados por quilômetros de distância.

Para a minha orientadora e amiga querida, professora Alessandra David, você é um modelo do quer é um orientador presente, sua disposição e ânimo com o desenvolver da pesquisa me foram cruciais para chegar nesta dissertação. Não me foi apenas professora, se tornou uma amiga querida. Seu trabalho em minha formação reflete todos os dias em minha formação.

Aos meus colegas que dividiram o espaço daquela pequena pensão durante anos: Sofia, Lucas, Lorenzo, Artur, Ângela e Rodrigo. Compartilhamos não apenas aquele espaço, rimos e choramos juntos, vimos um a um se formar e ir para onde a vida de cada um deve seguir, alguns perto e outros longe dessa cidade que um dia nos uniu. Vocês são parte das minhas lembranças mais felizes nesta fase, desejo todo sucesso do mundo para vocês.

Por fim, meus agradecimentos ao Pedro, meu companheiro de vida por tantos anos. Nos conhecemos no início de tudo, ainda tão ansiosos na graduação, e hoje estamos dando os primeiros passos de nossas vidas juntos, cada dia conseguindo mais novas conquistas.

Vocês todos foram cruciais para que tudo isso fosse possível e terão a minha mais profunda gratidão.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar materiais didáticos produzidos, durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945), com enfoque na propaganda de afirmação política presente em cartilhas elaboradas pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), em colaboração com o, então, recém-criado Ministério da Educação e Saúde Pública, em 1931. O estudo examinará tanto elementos textuais quanto imagéticos, investigando como se estabeleciam as conexões entre o governante e o público infantojuvenil por meio da educação, seja por discursos diretos nas cartilhas, seja indiretamente, através das produções didáticas. O principal propósito é compreender o método de propaganda política empregado, situando-o em um contexto em que movimentos extremistas, como o nazismo na Alemanha e o fascismo na Itália, influenciavam o discurso varguista. Analisaremos a construção da imagem do líder carismático e protetor da infância, utilizando como base a análise documental, em especial fotografias e cartazes que configuram as cartilhas estudadas. Além dessas, que permitiam uma comunicação direta e afetiva com os jovens, a produção de livros didáticos impulsionada pela criação do Instituto Nacional do Livro (INL) por Gustavo Capanema, em 1937, também sofreu intervenção política direta do governo Vargas. Essas ações eram fortemente respaldadas pelo Ministério da Educação e Saúde Pública – (MESP) que, por sua vez, recebeu grande influência do movimento escolanovista, que tem como um dos pilares o desenvolvimento da autonomia e da preparação dos jovens, para se tornarem cidadãos ativos e representantes de um futuro ideal ao Brasil.

Palavras-chave: História da educação; Cartilhas didáticas; Governo de Getúlio Vargas; Propaganda político-educativa.

ABSTRACT

This research aims to analyze educational materials produced during the Getúlio Vargas administration (1930–1945), focusing on the political affirmation propaganda found in primers created by the Department of Press and Propaganda (DIP) in collaboration with the Ministry of Education and Public Health—established in 1931. The study examines both textual and visual elements, investigating how connections were forged between the leader and the young audience through education—whether via direct messages in the primers or indirectly through the educational content itself. The primary objective is to understand this method of proactive political propaganda, situating it within a context shaped by extremist movements—such as Nazism in Germany and Fascism in Italy—that influenced Vargas-era discourse. We analyze the construction of the leader's image as a charismatic figure and protector of childhood, basing our work on document analysis—specifically the photographs and posters featured in the scientific primers. Furthermore, the production of textbooks—spurred by Gustavo Capanema's 1937 creation of the National Book Institute (INL)—was subject to direct political intervention by the Vargas government, even as it facilitated direct, emotionally resonant communication with young people. These initiatives were strongly supported by the Ministry of Education and Public Health (MESP), which was in turn heavily influenced by the "New School" (*Escola Nova*) movement; a key pillar of this movement was fostering autonomy and preparing young people to become active citizens representing an ideal future for Brazil.

Keywords: History of education; Educational primers; Getúlio Vargas administration; Political-educational propaganda.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

IMAGEM 1 24

IMAGEM 2 25

IMAGEM 3 26

IMAGEM 4 31

IMAGEM 5 32

IMAGEM 6 33

IMAGEM 7 39

IMAGEM 8 41

IMAGEM 9 53

IMAGEM 10 63

IMAGEM 11 64

IMAGEM 12 65

IMAGEM 13 66

IMAGEM 14 67

IMAGEM 15 68

IMAGEM 16 69

IMAGEM 17 70

IMAGEM 18 71

IMAGEM 19 73

IMAGEM 20 74

IMAGEM 21 76

IMAGEM 22 77

IMAGEM 23 85

IMAGEM 24 85

IMAGEM 25 85

SUMÁRIO

RESUMO 8
INTRODUÇÃO 12
1- O GOVERNO DE GETÚLIO VARGAS (1930-1945) E SEUS RECURSOS PROPAGANDISTAS 31
2- AS REFORMAS EDUCACIONAIS E A INTRODUÇÃO DA ESCOLA NOVA NO BRASIL 51
2.1 O EMBATE ENTRE OS ESCOLANOVISTAS E O GOVERNO VARGAS 57
3- A IMPORTÂNCIA DA CRIANÇA NO CENÁRIO POLÍTICO E PEDAGÓGICO DO GOVERNO VARGAS 68
3.1- A FIGURA DE UM PAI 71
3.2- O TRABALHADOR IDEAL 74
3.3- AMIGO DAS CRIANÇAS 78
3.4- O ESPÍRITO CÍVICO 81
CONSIDERAÇÕES FINAIS 86
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 90
PRODUTO FINAL DA DISSERTAÇÃO - CARTILHAS 94

INTRODUÇÃO

O governo de Getúlio Vargas marcou a primeira metade do século XX, de maneira muito profunda. Iniciado por um golpe, após sua derrota nas eleições de 1930, uniu-se com forças militares apoiadoras para se instaurar no poder, dando início ao seu governo autoritário, marcado pela construção de sua imagem populista entre as diversas camadas sociais, inclusive crianças e jovens. Seu governo, que perdurou de 1930 a 1945, quando abdicou do poder, foi marcado por grande censura e controle nas produções escritas, como os materiais didáticos distribuídos às escolas de então. O fortalecimento de sua imagem nos meios propagandísticos, como as cartilhas aqui examinadas, se mostrou eficiente, visto que, em 1951, Vargas é legalmente eleito presidente da República, cargo que ocupou até 1954, quando se suicidou.

Esta dissertação tem como tema central de pesquisa três cartilhas produzidas pelo governo de Getúlio Vargas, *Getúlio Vargas para crianças*, a *Getúlio*, *o amigo das crianças* e *A Juventude no Estado Novo.* Cada uma possui abordagem própria, mas todas apresentam a mesma mensagem, Getúlio Vargas como defensor e amigo da infância, um exemplo a ser seguido por ela.

A *Getúlio Vargas para crianças* introduz a vida do líder no passado, ainda na infância, sua formação até chegar na fase adulta e, por fim, seu presente estado como presidente, demonstrando suas vivências e como sempre teve disciplina e apreço, o que justificaria sua posição enquanto líder exemplar. Em *Getúlio, o amigo das crianças*, a cartilha é formada por breves falas do líder, acompanhadas de fotografias, que o mostram próximo da população infantil brasileira, destacando-se como deve ser dada a devida importância a essa fase, pois é nela que a educação deve ser aplicada, para que, sendo eficiente, seja realizada a formação dos brasileiros para um futuro glorioso.

Por último, *A Juventude no Estado Novo* representa a educação brasileira, durante o período ditatorial chamado Estado Novo, que se inicia no ano de 1937, e segue até o fim do governo Vargas, em 1945. Nela são apresentados gravuras e recortes de discursos públicos do presidente para ilustrar a educação ideal a ser seguida, com a expressão em abundância de ícones nacionais, como mapas e, principalmente, a bandeira nacional. Além disso, as gravuras trazem, em sua composição, os modelos de corpos ideais que os brasileiros e brasileiras deveriam possuir, corpos esguios, brancos, cabelos alinhados, olhos claros, crianças coradas com bochechas rosadas, ou seja, representações de uma pequena parcela da população, sobretudo dos estados do Sul, local de nascimento de Getúlio.

Sendo assim, este trabalho se divide em três seções, com o objetivo de contextualizar temporalmente o período, com o movimento escolanovista que moldou a educação brasileira, a partir do final da década de 1920, até os anos de 1960. O enfoque maior é dado aos elementos visuais e discursivos produzidos nas cartilhas, observando diferentes abordagens quanto à importância da criança e da juventude, no cenário da propaganda política de Vargas. A pesquisa é feita a partir da análise documental, especificamente, com imagem de fotografias e cartazes, considerados como documentos, produzidos pelo Departamento de Imagem e Propaganda (DIP), além de livros e cartilhas publicados pelo governo de Getúlio Vargas. Por definição, a análise documental tem como fonte e objeto de estudo a investigação de documentos já analisados por outros pesquisadores, considerados fontes secundárias, ou materiais que ainda não foram pesquisados, considerados fontes primárias. A metodologia da análise documental é comumente utilizada nos estudos de História. Como observam Alves *et al.* (2021, p.6):

> para a extração de dados na Análise Documental é necessário que o pesquisador assuma uma posição ativa na pesquisa e na produção do conhecimento, seguindo alguns passos, quais sejam: selecionar o material; analisar; organizar e categorizar; ler e reler; sistematizar; desconstruir e reconstruir; entre outros.

Choppin (2000) relata que o estudo histórico, tendo materiais didáticos como objeto de pesquisa, necessita ir além de uma análise objetiva, direta em relação ao conteúdo, pois os mesmos materiais podem ser utilizados, de forma explícita ou não, como uma ferramenta de formação de valores. No caso das cartilhas, o conteúdo representa o segundo caso, no qual Vargas se utiliza desse artifício para implementar um novo currículo escolar, ao promover a formação moral e cívica da população infantojuvenil de sua época.

Alain Choppin (2000) demonstra como o estudo voltado aos materiais utilizados em sala de aula são desconsiderados ou muitas vezes negligenciados pela História. Apesar de ser um material produzido, tanto por instituições privadas quanto por instituições oficiais, pouco se faz presente nos estudos, até mesmo quando voltados para a História da Educação, reflexo do modo antigo de se pensar a escrita histórica, antes considerada apenas quando amparada por fontes documentais atestadas por órgãos oficiais, como cartas, certidões ou qualquer outro atestado por uma instituição, como a Igreja Católica ou um governo. Em *História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte* (2000), o debate se debruça em como os elementos presentes ou até mesmo ausentes, nas publicações utilizadas para fins didáticos, podem fortalecer uma narrativa, promover a perpetuação de um pensamento ou ideal, principalmente em meio às crianças e aos jovens que ainda estão no início de suas formações.

Além disso, Choppin (2000) ainda continua ao apresentar que esse tipo de fonte tem as suas dificuldades ao ser utilizada, como a grande quantidade que passa a ser produzida por instituições privadas, materiais paradidáticos ou publicados de maneira a terem pouca visibilidade, como por veículos virtuais e *online* que acabam sendo invisibilizados pela quantidade de outros materiais semelhantes. Por último, destaca, também, a dificuldade em compreender o idioma dos materiais que, muitas vezes, estão disponíveis apenas em um idioma e, caso estiverem em acervos, dificulta, ou até mesmo impossibilita, a tradução do documento. Com isso, os materiais didáticos acabam sendo desconsiderados como materiais de análise, mesmo que seu potencial de estudo seja considerável.

A metodologia do uso de cartilhas na educação brasileira ocorre desde seu início, com as escolas jesuítas, sendo utilizadas tanto para fins de letramento científico, quanto para demonstrar comportamentos e valores sociomorais que condizem com os determinados períodos históricos. No caso estudado, a educação, durante o governo varguista, produziu materiais para serem utilizados neste segundo caso, ou seja, para determinar e exemplificar os modelos ideais de comportamento a serem adotados pelas crianças e pelos jovens brasileiros.

Assim, a pesquisa tem como objetivo geral demonstrar o caráter político que está presente nas cartilhas, por meio das imagens, fotografias e textos nela presentes. Para isso, foram utilizados autores que tratavam da questão da produção dos livros didáticos em si, e nas suas formas anteriores, como as cartilhas de alfabetização (anteriormente chamadas de letramento), que eram apresentadas de uma maneira muito simplificada, praticamente sem textos, apenas com imagens. As principais obras que apoiam a orientação do presente trabalho são as de Alain Choppin, Bárbara Freitag (1993), Cecília Hanna Mate (2002) Cyntia Greive Veiga (2007), Circe Bittencourt (1993), Décio Gatti Jr (2000), Demerval Saviani (2007), José Silveira Baía Horta (2012), Marta Maria Carvalho (1998), Peter Burke (2004) e Roger Chartier (2006) que analisam as produções didáticas do final do século XIX e início do XX, demonstrando que independente do período, os materiais didáticos favorecem o poder e o interesse político de cada época, além de explorar o interesse em se militarizar a educação. Durante o governo varguista, o controle do indivíduo, instaurado por meio da ordem militar, cercava-se de uma figura idealizada, baseada nos princípios de saúde física e moral, que, por sua vez, eram reflexo das ideias eugenistas vigentes na época. Também vigoravam o patriotismo e a grande valorização do mundo do trabalho, considerados os maiores bens do país, em sentido civil e econômico.

Cecília Hanna Mate (2002) apresenta, como objeto de pesquisa, as reformas acontecidas na década de 1930 e como foram resultado não apenas dos interesses varguistas, mas uma necessidade de se buscarem maneiras de modernizar a educação brasileira como um todo, como forma de ascensão do Brasil enquanto país. Naquele momento, a proposta das reformulações nos espaços escolares era em prol de um ensino mais racional que buscava a construção de crianças e jovens enquanto indivíduos dotados de plena autonomia e ainda que se identificassem com o seu meio social, como propunham os escolanovistas. Porém, a necessidade da propaganda de Vargas era retratar um indivíduo que representasse a si e ao seu governo, de maneira a oferecer uma formação baseada em narrativas patrióticas e de papéis sociais bem definidos.

Cyntia Veiga e Luciano Mendes de Faria Filho (1999) tratam do ideal de infância promovido nos concursos de beleza, nos quais, os modelos de beleza promovidos são semelhantes ao ideal eugênico, como veremos adiante. Além de falar diretamente sobre infância, Veiga (1999) também promove a discussão sobre a educação brasileira, ao longo do tempo, desde o domínio português, o ensino jesuíta, até as reformas neoliberais, na década de 1990. Com isso, entende como os modos de ensino mudaram conforme os respectivos períodos e governos, atendendo a necessidades como ensino de leitura e escrita básica, ou aprimoramento profissional dos alunos, sendo notável como a educação foi utilizada de maneira estratégica como forma de manutenção no poder.

Em *História da Educação* (2007), Veiga faz um levantamento muito relevante para este trabalho acerca do entendimento do que seria a infância e, por consequência, o papel social da criança a ser exercido na sociedade. Essas discussões, intensificadas após as revoluções industriais, colocaram em questão como se deveria tratar esses indivíduos.

> Até então vigorava a ideia de que a criança possuía a mesma capacidade mental de um adulto e de que o controle de seu comportamento ocorreria de fora para dentro. Ainda na fase de divulgação dos métodos intuitivos, a ignorância quanto a certas particularidades do desenvolvimento infantil, como o processo de aquisição de linguagem e do conhecimento, sem falar em fatores de ordem emocionam [...] (Veiga, 2007, p.213)

Em *Infâncias no sótão* (1999) Cynthia Veiga e Luciano Faria Filho trabalham como foi a concepção da criança, durante o final do século XIX para o século XX, abordando como a questão higienista pairava sobre esses indivíduos, através da promoção de concursos de beleza, onde o padrão buscado era excludente e baseado em princípios eugênicos. Além disso, é destacado que a questão corporal também era, para a época, um fator considerado para indicar as disposições morais que o indivíduo apresentava socialmente.

A questão do abandono também é trazida, destacando-se a disposição moral, pois crianças acolhidas pelo Estado passavam por um processo de educação voltado para a construção de um indivíduo trabalhador e moralmente bem direcionado. A oferta dessa educação era feita com abrigo, vestimentas e alimentação simples. No caso de menores de idade que não seguiam o padrão de moral e bons costumes da época, seja por estarem praticando atividades ilegais, seja pela chamada vadiagem, os mesmos não eram incluídos nessa política de acolhimento. Com isso, apesar de serem medidas anteriores ao governo de Vargas, os princípios morais prezados não somente eram os mesmos como, após as reformas de Campos (1931) e Capanema (1942), o ensino profissional intensifica seu papel enquanto formador dos indivíduos de camadas sociais mais baixas.

A obra *O Livro didático em Questão* (1993) foi utilizada para conceituar o papel do livro didático, ao longo dos anos. Em uma análise histórica, feita de maneira crítica, é apontado como cada produção representa de forma fidedigna seu próprio momento, assim, cada livro didático produzido no Brasil servirá de forma estrutural a determinados ideais, a fim de promover uma forma de condicionamento para aqueles que fizerem seu uso, no caso, os professores e os alunos. No governo de Vargas, é demonstrado, ao longo da dissertação, que havia um comportamento esperado, que exigia postura semelhante à militar, regida pelo sentimento de ordem, hierarquia e patriotismo, inspirada no exemplo do próprio líder. Quando analisado, o livro didático se apresenta para a pesquisa como fonte para compreender o passado, o seu uso cotidiano, contudo, para os alunos, ele representa o material de apoio, mais acessado, ao levar ~~a~~o ensino científico e letrado. No caso das cartilhas estudadas, o conteúdo referido também se apresenta como algo a ser aprendido, no sentido de comportamento corporal e social, para ser considerado um bom cidadão.

Além de refletir os aspectos ideológicos dos livros em relação às figuras políticas, ressaltamos o valor econômico para as editoras, que os vendem ao governo e às escolas privadas de todo o país. Isso pode ser evidenciado nos dias de hoje, onde existem diversas editoras responsáveis pela produção de materiais didáticos ou paradidáticos, e cada uma segue seus próprios princípios, a fim de agradar determinada faixa de mercado, levando, muitas vezes, a ideias enviesadas ou incompatíveis com a proposta da escola pública laica e de qualidade.

Para ilustrar o cenário contemporâneo, Sposito (2006) faz um panorama dos itens que dão relevância para se produzir e consumir um livro didático. A questão primária é a razão, elemento no qual a sociedade contemporânea utiliza para se orientar em diversos aspectos da vida, como na manutenção do sistema socioeconômico. Em segundo lugar, destaca a questão da globalização, realidade que se intensificou com os avanços tecnológicos do século XX e XXI e que vem afetando a vida humana em todos os continentes. A partir desse momento, as avaliações para que um produto, seja um livro didático seja qualquer outra produção dos países que compõem a periferia do capital, depende da avaliação estrangeira para que seja bem avaliado, com isso, a abordagem que se preocupa com as necessidades locais acaba sobressaída por outra produção que sirva aos parâmetros de qualidade europeus ou norte-americanos, por exemplo.

Assim, a estratégia adotava determinados elementos e princípios, mas a aplicação deles se fazia de maneira contrária aos da Pedagogia Nova, não apresentando uma educação libertária e com uma formação cidadã, visto que era cerceada pelo sistema ditatorial de Vargas.

> É curioso notar que muitas das interpretações feitas sobre as reformas educacionais partem dos testemunhos dos próprios renovadores para apresentá-los como anunciadores de uma ordem já pronta e não discutir o papel que desempenharam na produção desta mesma ordem (Mate, 2002, p.60).

Considerando o trecho acima, é perceptível que as mudanças feitas seguiram o propósito principal de alteração na concepção da educação nacional, estando em primeiro plano suprir as necessidades que melhor se adequassem ao modelo esperado pelo governo, na tentativa de mudar o Brasil na busca de modernidade, exaltando os discursos de Vargas dentro e fora de sala de aula para o trabalhador urbano presente nas indústrias, narrativa durante seus governos, seja a ditadura de 1930-1945 seja o período democrático, na década de 1950.

A obra de Bittencourt *Livro didático e saber escolar 1810-1910* (2008), por sua vez, é presente no trabalho de forma norteadora, pois apresenta como a educação brasileira e os materiais utilizados, ao longo dos anos, foram planejados após o território ser considerado independente de Portugal. Além de salientar como os materiais eram transmitidos para os alunos, notável não apenas o modo de ensino, mas também a quem era direcionado o ensino letrado, pois os principais materiais a que se tinham acesso até então foram baseados em currículos escolares de instituições de grande renome, como o Colégio Dom Pedro II. Sendo assim, a referência historicamente que temos em relação à educação escolar no Brasil é reflexo do que era direcionado para o ensino das elites, com grande afastamento para o ensino das camadas mais pobres da sociedade.

Em sua tese de doutorado intitulada *Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar* (1993), Bittencourt demonstra que um dos objetivos do Estado ao promover a produção e o uso de determinados materiais não é somente a formação dos alunos, mas também o controle do trabalho docente, principalmente nos anos iniciais, no que antes se denominava ensino primário. Ou seja, os profissionais que atuavam na primeira fase de alfabetização possuíam maiores limitações, ao aplicar seus conteúdos em sala de aula, além de terem um maior dever com a educação moral e cívica de seus estudantes.

> Para os conservadores, a tarefa do ensino elementar deveria ser atribuição das famílias e da Igreja. Os liberais mais progressistas discordavam da presença dominante da Igreja na Educação como um todo e almejavam o controle do Estado sobre a rede escolar pública, estabelecendo uma nítida distinção entre escola pública e escola particular. Para os liberais, a Igreja Católica teria pleno poder apenas sobre suas escolas confessionais (Bittencourt, 1993, p.33).

Assim como mencionado acima, o debate sobre o domínio ideológico da escola pública perdura até os dias atuais, abrangendo toda a sua existência dentro do contexto brasileiro. No caso enfrentado durante o governo de Vargas, a educação já era marcada por essa disputa entre conservadores e liberais de maneira muito notável, principalmente destacada por aqueles que defendiam a chamada Escola Nova que, a partir dos anos 1930, começou a aparecer e predominar entre os teóricos brasileiros.

Décio Gatti Jr, em *Dos antigos manuais escolares aos modernos livros didáticos de história no Brasil, dos anos sessenta aos dias atuais* (2000), apresenta de maneira semelhante como os materiais didáticos serviram para promover modos de se pensar e viver. Assim, a maior questão é que cada material, em sua própria maneira, é capaz de participar da formação integral de cada indivíduo, de maneira científica ou moral.

O livro *O hino, o sermão e a ordem do dia: regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945)* de Horta (1994) demonstra como a educação, durante o período ditatorial de Vargas, observa a formação de indivíduos ideais, o impacto que tais modelos tiveram na formação de crianças e jovens. Horta mostra como o autoritarismo do governo de Getúlio Vargas foi apoiado de forma vital no discurso nacionalista, não apenas para promover a ideia de uma unidade nacional unificada e forte, mas também com o objetivo de fortificar a mentalidade de ordem militar, a partir do pertencimento nacional, em que o valor do indivíduo se dá a partir do que cada um pode fazer em prol do bem da Pátria, como por exemplo ser um bom trabalhador.

O livro de Marta Carvalho *Molde nacional e forma cívica* (1998) foi utilizado para a compreensão de como, desde antes de Getúlio Vargas, havia movimentos que já faziam uma aproximação dos discursos educacionais, voltados para a moral, trabalho, a saúde e a higiene, projetos esses em que, apesar da narrativa de defesa de uma educação universal, havia espaços de distinções da elite e a populacional.

> A proposta da implementação de uma “escola do trabalho oscilava entre expectativas distintas: valorizar o trabalho, enfatizando o princípio de “atividade” caro à “moderna pedagogia, educando pelo trabalho ou educar para o trabalho formando hábitos e preparando para profissões de acordo com a “necessidade do meio” (Carvalho, 1998, p.230).

Carvalho, ao se debruçar sobre a educação da elite e a pública e popular, aponta como o oferecimento de cada uma é feito e para quem. No caso mencionado, o ensino profissional surge com a proposta de preparação de jovens para o mercado de trabalho, promovendo então uma garantia de que seria mais bem capacitado para exercer sua função, ao mesmo tempo apresenta a problemática questão: se este indivíduo está sendo formado para exercer determinada função na sociedade, sua liberdade de escolha não seria exercida, sua autonomia para formar-se não seria respeitada. Enquanto isso, a oferta de disciplinas científicas e que promovem o desenvolvimento do pensamento crítico seriam centrais na formação dentro dos colégios de elite, por consequência aumentando ainda mais a distância entre cada camada da sociedade e promovendo uma manutenção do sistema socioeconômico brasileiro.

O desenvolvimento desta dissertação tem também como principal base a obra de Dermeval Saviani (2008), principalmente no que se refere à periodização da História da Educação. A educação brasileira é marcada por domínios religiosos e políticos desde os seus primórdios, com os jesuítas em um primeiro momento. Com isso, também é perceptível que seu objetivo não está apenas em ensinar as crianças a cultura letrada, mas vem carregada de ensinamentos morais e cívicos, buscando promover o ensinamento de ideais, como foi a chamada catequização promovida pela Igreja Católica.

Ao ter como fontes muitos elementos imagéticos, nós nos apoiamos nas obras de Peter Burke (2004) e Roger Chartier (2006) para compreendermos a importância e a maneira da montagem e da distribuição delas, ao público interessado. A partir da obra de Burke, Testemunho Ocular (2004), as fotografias passaram a ser entendidas como fontes significativas desde o seu surgimento, no século XIX, mas, conforme o desenvolvimento da tecnologia e do entendimento qual poderia ser o registro feito pelo fotógrafo, sua composição foi se modificando. O primeiro momento é envolto em torno do sujeito, relacionado como uma variante das pinturas, e utilizado por motivações políticas, com locais e poses, vestimentas e feições se assemelhando ao que era representado nas pinturas, sendo o fotógrafo responsável por instruir a maneira para atingir o resultado. Posteriormente, a fotografia passou a ser registrada em momentos espontâneos, que indicam muito mais o ponto de vista do fotógrafo em si, mesmo que, em muitos casos, não se saiba quem seja o responsável pelo registro.

A partir dessas informações, ao analisar as cartilhas, em especial a *Getúlio, o amigo das crianças*, que é composta por textos e fotografias, as representações de Vargas em público, ou até mesmo as fotografias em que aparecem apenas crianças e jovens em manifestações cívico-militares, como o desfile de 7 de setembro, dia da independência do Brasil, apresentam recortes de momentos cotidianos. No primeiro caso apresentado nas fotografias de *Getúlio, o amigo das crianças,* a composição da fotografia apresenta o líder de maneira afetiva, aparentando ser rotineiro o contato com o público infantojuvenil e, no segundo caso, nas ilustrações da cartilha *A juventude no estado Novo,* há a representação do orgulho de ser brasileiro, a exaltação dos símbolos nacionais e a participação em momentos dedicados ao civismo, como parte da educação infantojuvenil. Do mesmo modo, nas demais cartilhas analisadas, as imagens buscam ilustrar um ideal, isto é, a visão que compactua com a proposta do governo varguista, com as análises feitas de maneira descritiva e crítica, em busca de uma compreensão relacionada ao material produzido.

> O nacionalismo é relativamente fácil de ser expresso em imagens, tanto caricaturando estrangeiros (como no caso do avarento de Hogarth) quanto celebrando os maiores eventos da história de uma nação. Contudo, uma outra maneira de expressar sentimentos nacionais ou nacionalistas é evocar a história da arte folclórica da região, como no chamado "estilo regional" (Heimatstil) dos pintores alemães e suíços do início do século 20. Ainda uma outra é retratar a paisagem característica da região, como no caso da "natureza nórdica"(Burke, 2004, p.80).

Como mencionado acima, a utilização de fontes visuais são uma das principais para se demonstrar formas de devoção, de aclamação, utilizadas também pela Igreja Católica, por exemplo, através das imagens de representação de santos ou de momentos relatados na Bíblia. Assim também pode ser feito com a questão patriótica, pois através de elementos como fotografias, representação da bandeira ou de suas cores, é transmitido para o interlocutor um sentimento de pertencimento.

Por se tratar de um estudo feito pela perspectiva histórica, a obra de Chartier (2006) foi de suma importância para compreender como o estudo histórico, a partir do momento que entendemos como fonte itens que vão além de documentos oficiais ou objetos encontrados em expedições arqueológicas e passam a ser considerados elementos cotidianos (como produtos feitos a partir de novas tecnologias, como produções cinematográficas ou fotográficas), marca aquilo que hoje conhecemos como a nova história cultural, que busca também compreender a humanidade, a partir de representações sociais e práticas que refletem as respectivas culturas de um determinado local e tempo. Com isso, sua proposta é utilizada a fim de estruturar a abordagem das imagens por uma análise de ponto de vista historiográfico, pois a partir das suas compreensões sobre as representações apresentadas em fontes visuais, é perceptível que os elementos que fazem a sua composição são também indícios daquilo que a imagem deseja transmitir com o seu todo. No trecho a seguir, Chartier define:

> em primeiro lugar, o objeto da história das mentalidades é o oposto daquele da história intelectual clássica. Às ideias, que resultam da elaboração consciente de um espírito singular, opõe-se a mentalidade, sempre coletiva, que rege automaticamente o conteúdo impessoal dos pensamentos comuns (Chartier,2006, p.30)

Com isso, a pesquisa visa a compreender o retrato político produzido por Getúlio Vargas no imaginário coletivo brasileiro, por meio do alcance gerado pela população em idade escolar, principalmente nos anos primários, no qual o próprio destaca como de suma importância para o letramento da população, além de suscitar as expectativas para esses mesmos indivíduos para o futuro.

Burke (2004) ainda aponta a importância dos elementos visuais e seus impactos na humanidade, em estruturas de suma importância, como a manutenção ou não de um governo de um país. A partir do elemento imagético, é possível construir ou fortificar elementos no imaginário de uma parcela maior da população e, conforme o avanço, compartilhar as informações, para atingir um público maior, tornando-as ferramentas de impacto social e político notáveis. Nesse cenário, por exemplo, os materiais produzidos passaram pelo amparo do principal órgão regulamentador criado neste governo, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP, expressando de maneira prática como a promoção por meio dos elementos visuais foi relevante para o desenvolvimento e o fortalecimento da política varguista.

Ao se tratar da História, o trabalho com fontes visuais como as fotografias, ou demais figuras ilustradas, a análise feita neste trabalho segue não apenas em caráter descritivo, mas também, crítico, pois devemos considerar que a sua produção resulta, muitas vezes, da manipulação do ambiente e de demais elementos que a compõem, como poses, elementos visuais e as pessoas que são retratadas nas mesmas, com o objetivo de um recorte que não seja a representação fiel da realidade, mas que melhor simbolize um interesse, como veremos em diversos exemplos presentes nas cartilhas.

Dubois (1994) aponta que a fotografia implica em um dilema quanto à sua utilização, em especial, como fontes em trabalhos acadêmicos, visto que, por muitas vezes pode configurar além daquilo que se faz presente em sua composição; até mesmo as ausências nas fotos são representativas.

> Nesse sentido, podemos dizer que a foto não explica, não interpreta, não comenta. É muda e nua, plana e fosca. Boba, diriam alguns. Mostra, simplesmente, puramente, brutalmente, signos que são semanticamente vazios ou brancos. Permanece essencialmente enigmática. Este e o sentimento que todos aqueles que consideraram lúcida e honestamente uma fotografia experimentaram em maior ou menor medida (Dubois, 1994, p.84).

Na pesquisa histórica, a fotografia e demais fontes diferentes das tradicionais, no caso os documentos escritos, ou materiais físicos, surgem para expandir as possibilidades de pesquisa, mesmo que, no início de seu uso, houvesse receio quanto à sua utilização. Assim como em qualquer outra, as fontes visuais, seja figuras ilustradas, seja fotografias representam um recorte do passado, mesmo expondo uma versão que é mais aceita por quem produz. Como afirma Maud (2008),

> do ponto de vista temporal, a imagem fotográfica permite a presentificação do passado, como uma mensagem que se processa através do tempo, colocando, por conseguinte, um novo problema ao historiador que, além de lidar com as competências acima referidas, deve lidar com a sua própria competência, na situação de um leitor de imagens do passado (p.40-41).

Como historiadora, buscamos neste trabalho, por meio das cartilhas estudadas, além de identificar e categorizar os elementos nela presentes, desvelar como determinados elementos são expostos, com o objetivo da manutenção do regime ditatorial de Getúlio Vargas e de sua imagem política.

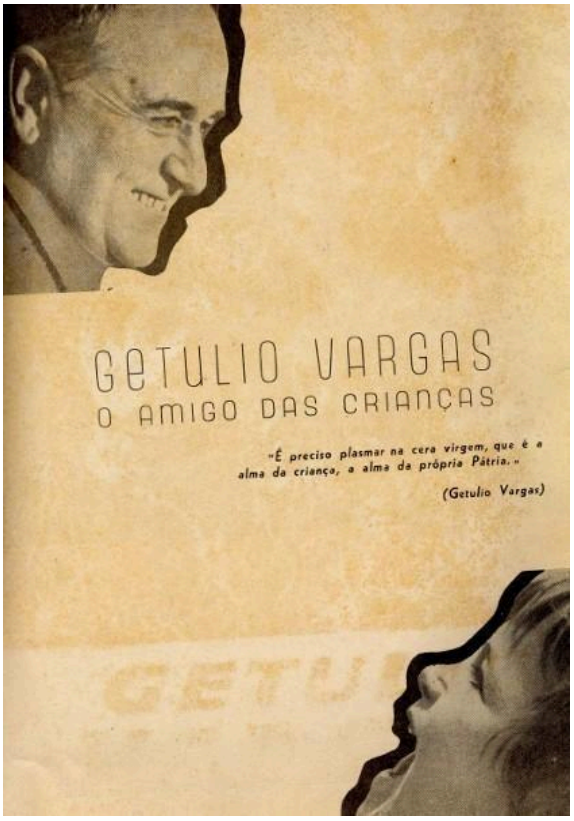
Por exemplo na cartilha *Getúlio, o amigo das crianças,* composta principalmente por fotografias, as imagens exemplificam de forma objetiva que a ilustração de ideal de brasileiro segue não apenas a postura de devoção à pátria, mas também, características físicas que incluem fenótipos muito semelhantes aos europeus arianos, excluindo, de sua amostra, grande parcela da população brasileira; apenas em casos pontuais aparecem pessoas negras, pardas ou indígenas.

Mesmo nas demais cartilhas que contêm ilustrações em vez de fotos, a ausência é notada. Contudo, um elemento se destaca em relação às fotografias, o modo no qual as vestimentas das pessoas são representadas. No caso das fotografias, são notáveis várias formas de vestimentas, das mais simples até as mais elaboradas, simbolizando as diversas regiões do país, fator que denota a preocupação de se aproximar de todos os brasileiros e brasileiras.

Outro exemplo é como os símbolos nacionais são de tal maneira adotados pelo movimento varguista, a ponto de que quando aparecem representados seja em ilustração ou seja em fotografia é feita toda uma composição para que permaneçam em destaque. Quando combinado com a presença de Vargas, a bandeira permanece ainda central, mas em maior representação costuma estar o líder, que fica mais ao canto. Desse modo, a bandeira continua tendo maior valor ao representar o Brasil, mas também apresenta Vargas como forma integral de também representá-lo através de sua própria pessoa.

Em relação às fontes analisadas, isto é, as três cartilhas são materiais produzidos durante os 15 anos do governo de Getúlio Vargas, porém, com características e conteúdos muito semelhantes entre si. A cartilha *Getúlio, o amigo das crianças* é composta por 32 páginas; o texto reúne uma narrativa amistosa de Getúlio em prol do público infantil, trazendo desde o título, até excertos de discursos públicos, nos quais se refere a seu papel de proteção e de incentivo na formação desses indivíduos, na justificativa de enxergá-los como cidadãos em formação, capazes de, futuramente, serem os representantes da nação.

IMAGEM 1: CAPA DA CARTILHA *GETÚLIO, O AMIGO DAS CRIANÇAS*

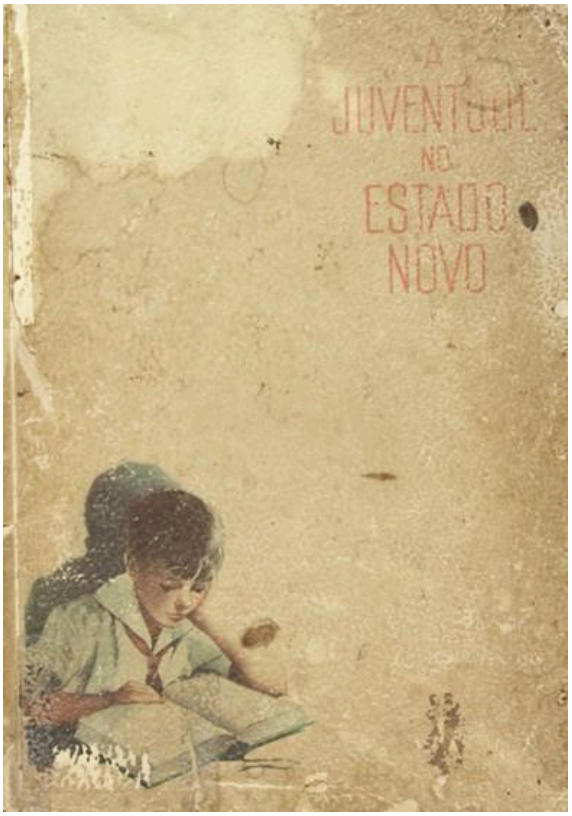


FONTE: Departamento de Imprensa e Propaganda. Getúlio, o amigo das crianças, 1941.

A capa traz a figura de Vargas e de uma criança, um em cada ponta, com o líder acima e olhando para a criança abaixo, ambos se contemplando e sorrindo; contudo, percebemos uma diferença entre os sorrisos de cada um; Vargas apresenta uma feição mais amigável, mas com o sorriso mais contido, enquanto a criança sorri abertamente, em direção ao então presidente, idolatrando-o.

A cartilha *A juventude no Estado Novo* possui 24 páginas, com trechos de falas de Vargas, que são ilustrados com imagens que retratam os excertos; seu conteúdo, de maneira geral, destaca a imagem de Vargas como modelo a ser seguido, enfatizando as crianças e os jovens como protagonistas da construção do futuro da nação brasileira, além de momentos e figuras históricas considerados heroicos, como forma de identificação nacional, como, por exemplo, a Proclamação da República e o marechal Deodoro da Fonseca.

IMAGEM 2- CAPA DE "A JUVENTUDE NO ESTADO NOVO"



FONTE: Departamento de Imprensa e Propaganda. A Juventude no Estado Novo, 1941.

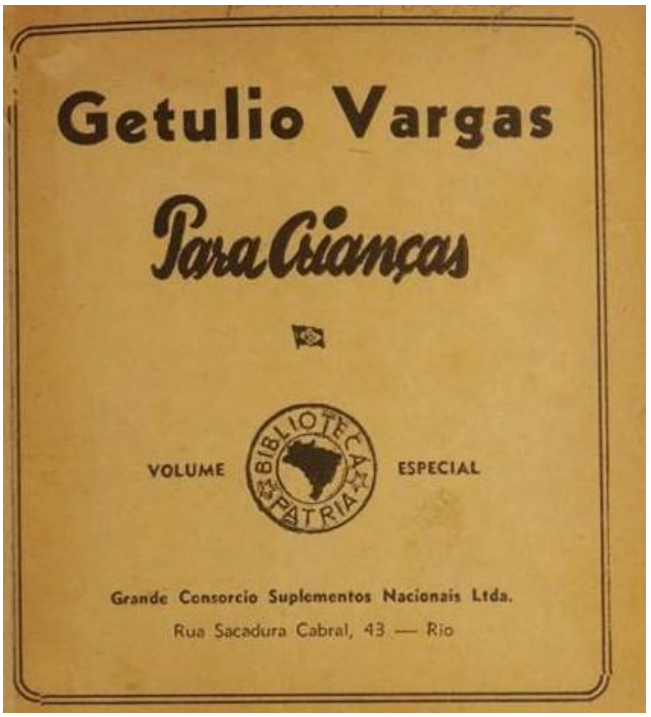
Na capa da cartilha, já é possível notar que o maior foco está no público juvenil, não apenas pelo título, mas também pela escolha de reproduzir um menino uniformizado, em um momento de leitura, como se estivesse focado no conteúdo do livro. O restante da capa permanece vazio, além da escrita de seu título, o que enfatiza mais a figura representada.

Assim como em toda a cartilha, o padrão dos jovens, em relação à aparência corporal e das vestimentas, se repete, ou seja, crianças brancas, com corpos magros, bochechas rosadas, cabelos lisos e claros, com roupas que remetem aos uniformes escolares de colégios europeus.

Nessa cartilha, também é possível notar como as representações variam de acordo com o gênero representado. Em casos masculinos, como o da capa, os ambientes representados são de estudo ou de trabalho, até mesmo sendo ativos, como auxiliando outras pessoas ou participando ativamente em sala de aula. As representações femininas ocorrem em maior número em locais voltados ao seu papel definido pela sociedade, em ambiente doméstico, como professora ou como a figura a ser resgatada.

Em *Getúlio Vargas para crianças,* o conteúdo, revelado em 114 páginas, conta de forma mais detalhada e lúdica, a vida de Getúlio Vargas desde sua infância no Rio Grande do Sul, sua formação escolar e militar, até a sua chegada à vida política que, a partir de 1930, se tornou líder do Brasil durante 15 anos, mesmo contra o resultado das urnas.

IMAGEM 3: CONTRACAPA DE GETÚLIO VARGAS PARA CRIANÇAS



FONTE: Barros, A. Getúlio Vargas Para crianças, 1939.

A capa da edição é de couro preto, não contém o título, que aparece somente na contracapa, como ilustrado acima. Nela, há poucos elementos visuais, entretanto, destaca-se a bandeira brasileira ao centro, mesmo que pequena. Assim, as fontes, a partir do que foram apresentadas, se relacionam não apenas pelas temáticas, mas também pelas abordagens seguidas. Ao referenciar a figura de Getúlio, independente do material observado, o tratamento quanto a sua imagem e postura segue a mesma lógica, buscando promover perspectivas idênticas acerca de Vargas enquanto brasileiro, presidente da nação, porém, uma pessoa comum.

Quanto à composição física dos documentos, notamos que, nos três casos, por conta das distintas abordagens, a forma de escrita, as escolhas das palavras, e até mesmo a quantidade de texto utilizado em cada uma diferem de maneira notável, já que no caso das fotografias, presentes na cartilha a abordagem é mais direta, portanto, mais breve, enquanto nas outras duas, que possuem imagens, os conteúdos são mais aprofundados. Além disso, no caso da *Getúlio Vargas para crianças*, a presença de texto se sobressai levemente sobre o uso de imagens, como forma de ilustrar a narrativa da vida de Getúlio, desde antes de seu nascimento, começando pela formação de sua família, seu estado de nascença, seus estudos, seu trabalho na zona rural, configurando a formação do futuro presidente do país.

A utilização de imagens em abundância, principalmente ao considerarmos o público-alvo das produções, é de suma importância, uma vez que não apresenta apenas conteúdo para pessoas letradas, ou seja, crianças que já dominam a leitura e a escrita, mas trabalha em união com aquilo que elas são capazes de compreender através dos recursos visuais que se relacionam ao que é ideal para uma sociedade, como afirma Molina (2011), em relação ao uso das imagens no ensino infantojuvenil,

> o figurativo remonta à condição humana básica em expressar por figuras, cores e formas os sentimentos, as críticas, as emoções que, poderíamos dizer, vêm das inscrições pré-históricas nas cavernas, em seu caráter místico, mas, também de registro de rituais e convenções sociais esboçadas em um grupo humano em conformação (p. 2082).

Com isso, a pesquisa ressalta que os materiais como um todo, principalmente pelos recursos imagéticos, resultaram no fortalecimento de uma identidade una e delimitada do que é ser brasileiro, durante as décadas de 1930 e 1940, no qual alguns elementos dessa identidade sobreviveram e persistem até os dias de hoje, mesmo que em menor intensidade.

Quanto aos movimentos educacionais, é visto como os embates entre os movimentos conservadores e os teóricos que defendiam a Escola Nova tiveram, apesar de conflitantes, uma espécie de adaptação nas suas aplicações, para que fosse realizado o projeto de modernização no sistema educacional brasileiro. Essas mudanças, porém, serviram no contexto de governo varguista como parte de sua estratégia de manutenção de poder, através da formação dos indivíduos, que visava a afetá-los tanto nos conhecimentos científicos quanto em suas formações enquanto cidadãos e pessoas com pensamento crítico desenvolvido.

> A literatura educacional, especialmente a da década de 1920, transmite uma imagem deformada da realidade; sob esse aspecto, deve ser percebida como uma formulação de inequívocas feições ideológicas. Num segundo momento, a literatura educacional se transforma, de instrumento de difusão do entusiasmo pela educação, em instrumento de propagação do otimismo pedagógico, que foi uma modalidade de crenças nos aspectos qualitativos, essencialmente técnicos, da escolarização (Nagle ,2009, p.297).

Assim, a pesquisa tem como finalidade principal, além das análises das fontes apresentadas e suas representações, apontar como se deu o embate quanto à estruturação das reformas realizadas, durante o período pelo Ministério da Educação e Saúde Pública, a fim de demonstrar quais eram os principais objetivos tanto do movimento escolanovista quanto de Vargas e seus apoiadores, como partes mais conservadoras da sociedade que também tiveram atrito com as ideias propostas pelos teóricos. Com todo esse movimento, quais elementos foram adotados e, por consequência, utilizados de maneira a não representar a educação nova.

1- O GOVERNO DE GETÚLIO VARGAS (1930-1945) E SEUS RECURSOS PROPAGANDISTAS

A experiência governamental de Getúlio Vargas desenrolou-se ao longo da década de 1930 e da primeira metade da década de 1940, perfazendo um interregno de quinze anos de permanência contínua no exercício do poder. Sua investidura na chefia do Estado não se processou por vias inequivocamente democráticas, uma vez que, no pleito de 1930, Vargas fora derrotado por Júlio Prestes, personificação dos interesses da oligarquia paulista, cuja consagração eleitoral suscitou acentuada resistência em diversos estratos sociais e segmentos do campo político da época. A etapa inaugural de seu governo, correspondente ao período de 1930 a 1937 e designada Governo Provisório, caracterizou-se pela paulatina concentração das prerrogativas do poder estatal em torno da figura de Vargas, cuja imagem pública foi meticulosamente erigida sobre os alicerces da tutela, da proximidade simbólica com o povo e de um patriotismo exaltado, elementos que concorreram decisivamente para sua ampla legitimação perante o imaginário popular.

> Para a educação, o momento histórico tornava imperiosa a necessidade de mudar. Eliminar o analfabetismo passa a ser palavra de ordem; era preciso preparar o trabalhador urbano para o concorrido mercado de trabalho. O sistema de ensino existente era para atender a elite e não respondia às aspirações do momento (p.86).

Antes de sua ascensão ao poder, Vargas advogava a primazia do reconhecimento da relevância da infância, fundamentando-se na metodologia da educação tradicional. Ele articulava que, no período infantil, a mente encontra-se em seu estado mais puro, assemelhando-se a uma cera virgem, e, por conseguinte, é a partir dessa fase que se deve iniciar, de forma fundamental, o processo educativo em sua totalidade. Isso abrange não apenas o letramento, mas também a educação moral e a formação cívica.

O Departamento de Imprensa e Propaganda, comumente referido como DIP, desempenhou um papel crucial na estratégia governamental em geral, e sua influência se estendeu também ao campo da Educação. As cartilhas elaboradas demonstram que Getúlio buscava transcender as limitações de seu tempo, reconhecendo a importância de angariar apoio tanto no seio familiar quanto no contexto escolar. Conforme observa Bittencourt (2008), há uma ideologia intrínseca na elaboração de qualquer material didático; no caso do Estado Novo brasileiro, essa ideologia visava promover a necessidade de venerar a imagem de uma pátria organizada e moralmente exemplar. Para tal, utilizaram-se elementos simbólicos e

afetivos que buscavam consolidar essa visão, como a fé cristã, exemplificada na obra *Getúlio Vargas Para Crianças* (1941).

> Bem sabe o presidente Getúlio Vargas que é no idealismo da mocidade que as pátrias fortes vão beber energia. Bem sabe o chefe de Estado que é o braço dinâmico e pujante da juventude que levanta, nos grandes e culminantes momentos, a trincheira espiritual que defende a nacionalidade, que preserva a raça, que salvaguarda a tradição (Barros, 1941, p.13).

Como aponta Horta (2012), o posicionamento de Vargas em relação à educação sempre esteve intrinsecamente vinculado ao projeto de construção do patriotismo, desde os primórdios de seu governo. Essa perspectiva foi expressa publicamente em documentos oficiais, como no Manifesto à Nação de 1931, que atesta a garantia de um futuro glorioso para o Brasil. Contudo, para que tal objetivo fosse alcançado, era imprescindível não apenas a promoção da educação em suas dimensões cognitiva e moral, mas também o reconhecimento do valor e da grandeza do trabalhador como agente fundamental do progresso nacional. Para isso, afirmava Vargas que, mesmo sem abandonar a "posição nitidamente imparcial do Estado no ensino", seria necessário reforçar, ministrando metodicamente em todos os graus e ramos da educação, tanto na rede pública, nos estabelecimentos oficiais, quanto nas instituições privadas, o conhecimento e a análise dos valores sagrados da formação política do país.

> para isso, afirma Vargas, mesmo sem abandonar a “posição nitidamente imparcial do Estado no ensino”, seria preciso reforçar, ministrando metodicamente, em todos os graus e ramos da educação, tanto pública, dos estabelecimentos oficiais, como as que se acham em cargo de instituição privada, o conhecimento e a análise dos valores sagrados pela nossa formação política (Horta, 2012, p. 133).

Essa concepção era refletida nas cartilhas analisadas, que apresentavam crianças sempre em posturas elegantes, com características que remetem fortemente à propaganda do regime nazista na Alemanha. Essas crianças eram retratadas com pele clara e olhos azuis, vestindo uniformes semelhantes a trajes militares e portando símbolos nacionais de diversas formas, como bandeiras, faixas e o mapa do Brasil, além da figura do brasileiro idealizado,

representada por Getúlio. A seguir, apresentamos um exemplo de como os símbolos nacionais são empregados nesses materiais, com ênfase especial na bandeira.

IMAGEM 4 - A IMPORTÂNCIA DA BANDEIRA



FONTE: DEPARTAMENTO DE IMPRENSA E PROPAGANDA (DIP). A Juventude no Estado Novo. Rio de Janeiro, 1941.

Os dizeres presentes nela são:

> Contemplai-a agora com maior e justificado orgulho. Ela trêmula só, única e dominadora sobre todo o nosso vasto território. Símbolo do Brasil de hoje e de amanhã, bela e forte, afirma a unidade moral e material do nosso povo, numa síntese perfeita da sua existência e dos seus ideais de engrandecimento. (DIP, A Juventude no Estado Novo, 1941, p.9).

Na representação visual, veem-se crianças e uma figura feminina, semelhantes a estátuas gregas, por conta das vestimentas, e da forma como estão pousando; são retratadas com pele branca e cabelos bem arrumados, conforme os padrões de beleza da época, baseando-se nos ideais eugênicos. A bandeira brasileira aparece de forma imponente, replicada três vezes, e traduzida como o maior símbolo nacional, caracterizando o passado, o presente e o futuro do País.

Abaixo, novamente, temos um retrato da bandeira brasileira, como maior símbolo nacional, ao ser carregada por jovens estudantes, certamente em um desfile em data cívica.

IMAGEM 5- FOTOGRAFIA DE JOVENS COM BANDEIRAS



FONTE: DEPARTAMENTO DE IMPRENSA E PROPAGANDA (DIP). Getúlio, o amigo das crianças. Rio de Janeiro, 1940, P. 13

Na fotografia acima, assim como na ilustração anteriormente mencionada, notamos elementos que se assemelham, como a figuração corporal e as características físicas, como o tom de pele e os cabelos médios, lisos e bem penteados. A organização e a demonstração síncrona exprimem a ideia de ordem por meio da bandeira, o símbolo nacional; e os uniformes escolares remetiam aos trajes militares.

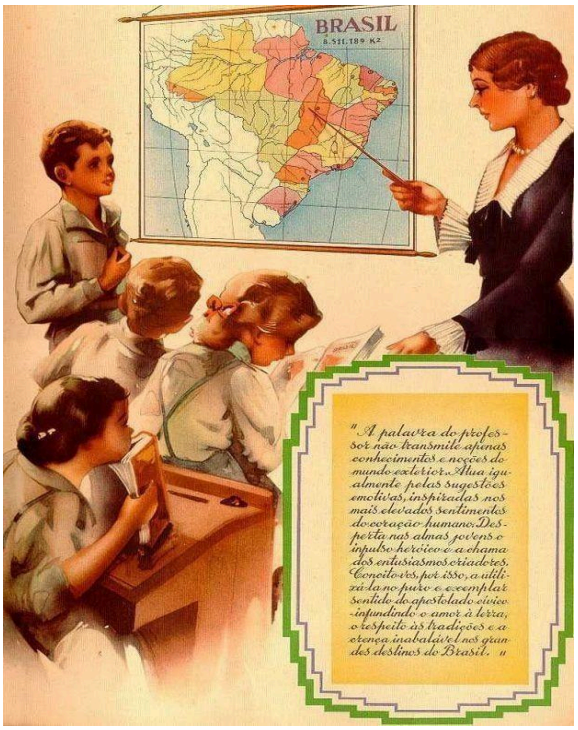
Esse pensamento era reproduzido nas cartilhas aqui estudadas, com a ilustração de crianças sempre com a mesma postura elegante, com características muito semelhantes ao que percebemos nas propagandas feitas na Alemanha nazista, quais sejam, crianças de pele branca e olhos claros, vestidas com uniformes semelhantes aos trajes militares, mas, distinguindo os gêneros, e portando símbolos nacionais de diversas maneiras (seja com bandeiras, faixas, o mapa do Brasil, seja apenas a presença do brasileiro tido como exemplar, ou seja, o próprio Getúlio).

A seguir, temos um exemplo de como são utilizados os símbolos nacionais nesses materiais, especialmente a bandeira, mas também, mapas, ou até mesmo expressões verbais ditas pelo próprio Getúlio.

Segundo Silva e Santos (2018), as escolas tinham a oferta de uma composição curricular e disciplinar militar, independentemente de ser ensino primário ou secundário, pois é a partir dela, que se faz a transmissão dos ensinos dos valores nacionalistas e, burgueses, em relação à população trabalhadora.

Na imagem 3, destaca-se a importância do trabalho do professor na formação das crianças e jovens, tanto para alfabetizar quanto para formá-los a partir dos princípios patrióticos.

IMAGEM 6 - O PAPEL DO PROFESSOR NO ENSINO EM SERVIÇO À PÁTRIA



FONTE: DEPARTAMENTO DE IMPRENSA E PROPAGANDA (DIP). A Juventude no Estado Novo. Rio de Janeiro, 1941.

A transcrição do texto referente à imagem acima diz:

> A palavra do professor não transmite apenas conhecimentos e noções do mundo exterior. Atua igualmente pelas sugestões emotivas, inspiradas nos mais elevados sentimentos do coração humano. Desperta nas almas jovens o impulso heroico e a chama dos entusiasmos criadores. Concito-vos, por isso, a utilizá-la no puro e exemplar sentido do apostolado cívico - infundindo o amor a terra, o respeito às tradições e a crença inabalável nos grandes destinos do Brasil. (DIP, A Juventude no Estado Novo, 1941, p. 10).

Nesse caso, a representação acontece pelo mapa do Brasil, no qual podemos verificar uma turma de alunos focados em seus deveres, sendo que um deles está em pé com a professora, com a mão direita no peito, enquanto lhe são apontados os ensinamentos do dia, com a imagem, temos um texto que descreve a importância do professor na formação das crianças, ao visar à criação dos novos cidadãos.

Anteriormente ao período republicano, a educação imperial buscava a propagação de uma educação cívica unificadora, como demonstra Narita (2016). O Brasil recém-independente necessitava que fosse compartilhada com a população a aceitação de uma narrativa de identidade nacional que fosse capaz de representá-lo através de seu passado colonial, mas ainda capaz de sustentar o orgulho em pertencer a esta nação, desde indivíduos na idade escolar até os eleitores em fase adulta.

> Nesse sentido, como pretendo desdobrar nesta investigação, o ato de civilização faz referência também a uma preocupação formativa dos novos cidadãos: no caso da infância, reiterando as palavras da inspetoria da província de São Paulo, a ideia seria garantir que os jovens engenhos, que "fazem sua entrada na sociedade", tornem-se bons cidadãos, adequando-se ordeiramente a "se o destino social e político". Processo indissociável da reflexão sobre a infância era o fortalecimento e a expansão da produção livresca no Império – especialmente dos chamados "livros didáticos". (Narita, 2016, p.67).

Por essa necessidade de formulação de uma História Nacional, o governo imperial brasileiro instaura o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que ficou conhecido pela sigla IHGB, a fim de reunir dados acerca da população e, a partir dos resultados e de demais documentos utilizados, como fonte para pesquisas históricas, que fossem capazes de escolher a versão que melhor representava o Brasil, sendo na época a formação do Brasil pelas três raças formulada por Varnhagen[1], no qual a população foi formada por três raças, o branco europeu, o negro africano e o indígena, onde a narrativa descreve que os dois últimos necessitaram do contato com o colonizador europeu, para que pudessem adquirir "senso de civilidade".

A forma de se representar a história brasileira ficou então definida por essa lógica, se mantendo por grande parte do século XX, englobando então o período da década de 1930, sendo essa ideia de história nacional representada nos materiais, refletindo na forma no qual as representações feitas nos materiais utilizados representassem o Brasil dessa forma excludente e com ampla necessidade de se promoverem símbolos nacionais, como a bandeira ou as cores principais, o verde e o amarelo, com o objetivo de fortalecer visualmente a representação da Pátria brasileira.

O governo provisório foi caracterizado pela busca incessante de consolidar o poder em prol de sua própria imagem, numa tentativa de legitimar sua administração, mesmo à margem dos processos democráticos e das oposições que se levantavam contra ele. Isso gerou, por exemplo, uma considerável insatisfação em São Paulo, estado que, junto a Minas Gerais, exercia a hegemonia da oligarquia. A elite paulistana, responsável pela produção do café, que era o principal produto brasileiro comercializado no cenário internacional, refletia, portanto, a elite nacional de maneira geral. Com a ascensão de Vargas ao governo federal, em detrimento do presidente eleito, o paulista Júlio Prestes, começaram a surgir manifestações que buscavam a legitimação e a defesa do sistema democrático, invocando a Constituição de 1891, elaborada para sustentar a república oligárquica, popularmente conhecida como "café com leite". A Revolução de 1932 em São Paulo, por exemplo, tornou-se a mais significativa expressão de oposição e foi severamente reprimida pelas forças federais. Uma das reivindicações centrais era a restauração de um governo pautado nas leis constitucionais. Para reforçar sua legitimidade, Vargas convocou uma Assembleia Constituinte e, em 1934, promulgou a

[1] Francisco Adolfo de Varnhagen foi um historiador brasileiro, do século XIX, que teve grande relevância por conta de sua participação no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, criado durante o período imperial a fim de promover uma construção de uma história de base para a identidade nacional. Sua principal contribuição foi a proposta de uma escrita de uma História Geral do Brasil.

terceira versão da Constituição brasileira, que não apenas respaldava sua liderança, mas também estabelecia um regime de centralização das esferas governamentais em relação ao executivo federal

No âmbito educacional, é possível notar esse efeito a partir das regulamentações e de como foi instaurado o ensino, contornando o movimento da Educação Nova, já em andamento, selecionando apenas partes pontuais dessa, como a concepção do estudante como ativo participante social desde a infância, a educação associada à saúde, para a constituição de uma população saudável, de acordo com os ideais da eugenia e da valorização de experiências para o trabalho. Como aponta Kuhlmann Jr. (2000, p.8):

> No nível federal, a Inspetoria de Higiene Infantil, criada em dezembro de 1923, é substituída em 1934 pela Diretoria de Proteção à Maternidade e à Infância, criada na Conferência Nacional de Proteção à Infância, em 1933. Em 1937, o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública passa a se chamar Ministério da Educação e Saúde, e aquela Diretoria muda também o nome para Divisão de Amparo à Maternidade e à Infância. Em 1940, cria-se o Departamento Nacional da Criança (DNCr), em todas essas fases dirigido por Olinto de Oliveira, médico que havia participado do congresso de 1922. Entre outras atividades, o DNCr encarregou-se de estabelecer normas para o funcionamento das creches, promovendo a publicação de livros e artigos.

A criação do Ministério da Educação e da Saúde Pública, em 1931, aconteceu de maneira conjunta, uma vez que, para a escola nova, o espaço educativo era onde se transmitiam, também, noções de saúde pública, com a intenção da manutenção sanitária, por exemplo, com a aplicação de vacinas. Além disso, como destaca Kuhlmann Jr. (2000), o governo realizava mudanças que indicaram a ideia de maior cuidado com os interesses da família, especialmente, no amparo às crianças. Pinto (2011) retrata que a situação da criança negra ou indígena, em um contexto geral, aparece de uma maneira não só diminuída, mas como um fator a ser reprimido, quando se trata de objetivar o modelo de futuro ideal.

> Valorizava-se a pátria, a família, os bons modos, enfim, elementos que deveriam compor a boa educação da infância em consonância com as noções simpáticas ao Estado Novo. No entanto [...] também foi possível perceber a depreciação, a desqualificação e a intolerância ao negro como componente da sociedade brasileira (Pinto, 2011, p. 104).

No Brasil, essa estética propagandística e o ideal corpóreo do brasileiro civilizado associavam-se diretamente às ideias da eugenia, uma teoria que ganhou grande força entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX. Essa doutrina pregava o melhoramento genético humano a partir da reprodução e valorização de indivíduos com características tipicamente europeias, servindo de base para discursos racistas, de exclusão e de violência, manifestados de forma extrema no extermínio de populações na Alemanha. Apesar de o Brasil possuir uma ampla composição populacional considerada mestiça, o governo Vargas acomodou agendas reacionárias e racistas, aderindo a propostas de branqueamento da nação e a medidas de seleção racial, tais como o controle imigratório.

Nesse cenário, a educação escolar passou a ser amplamente empregada como um mecanismo de moldagem e preparação infantil desde os primeiros anos de estudo, com o propósito de disseminar a eugenia e o nacionalismo. Sob o argumento de que a instituição escolar constituiria um ambiente ideal para regenerar uma população considerada deficitária por seus teóricos, o ideário eugênico acabou por estimular a expansão do ensino público. Essa associação, no entanto, culminou em um processo de inclusão excludente: embora as ações do Estado tenham ampliado o acesso à escola para camadas da população previamente apartadas, as normas pedagógicas de cunho eugenista que estruturavam o cotidiano de docentes e discentes frequentemente rotulavam indivíduos negros e de origens humildes como incapazes, ao passo que as produções didáticas oficiais do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) perpetuavam representações visuais restritivas que valorizavam exclusivamente o padrão estético branco e aristocrático.

A teoria da eugenia, que alcançou grande repercussão entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX, preconizava o melhoramento genético humano. Sua premissa baseava-se na valorização e reprodução de indivíduos com atributos associados ao padrão europeu, como pele e olhos claros, e isentos de deficiências físicas ou intelectuais. Durante as quatro décadas iniciais do século XX, essa doutrina sustentou diversos movimentos marcados pelo racismo, preconceito, exclusão e violência. Em termos mais extremos, como na Alemanha, a eugenia fundamentou o extermínio de grupos que não correspondiam ao ideal estabelecido, culminando na perseguição e eliminação de populações de judeus, ciganos, negros, homossexuais e pessoas com deficiência.

A eugenia é uma teoria que ganha grande força no final do século XIX, e na primeira metade do século XX, e pregava o melhoramento genético humano, partindo da concepção de que deveriam ser reproduzidas e valorizadas as pessoas de características tidas como europeias, como pele e olhos claros, sem deficiências físicas ou intelectuais. Essa teoria baseou diversos movimentos racistas e de grande preconceito, exclusão e violência, durante as quatro primeiras décadas do século XX, servindo como base para casos mais extremos, como na Alemanha, onde foi utilizada como fundamento para extermínio de populações que não se encaixavam no padrão estabelecido, com a perseguição e posterior eliminação de judeus, ciganos, pessoas com deficiência, negros e homossexuais.

Souza (2022) ressalta que Vargas, apesar de ser presidente de um país com grande composição populacional considerada mestiça, adotou ideias eugênicas, a partir da proposta do embranquecimento da população e de medidas de controle em relação aos imigrantes.

> No caso do Brasil, a década de 1930 representou uma série de ambivalências intelectuais e políticas, expressas nas diferentes ideologias que o governo Vargas procurou acomodar ainda antes da implantação do Estado Novo. Ao mesmo tempo em que estimulou políticas progressistas e assumiu a ideologia do Brasil mestiço, Vargas também aderiu às agendas reacionárias e racistas. [...] Para o movimento eugênico, Vargas representava a possibilidade de intervenção da eugenia tanto em assuntos de reforma social quanto em medidas de seleção racial, sobretudo de controle imigratório (Souza, 2022, p. 105).

O precursor das ideias eugenistas foi Francis Galton (1822-1911) que,

> ao se colocar enquanto o principal protagonista em resolver as contradições de classes no seio da sociedade inglesa, Galton atribui a natureza biológica ao comportamento humano, funda a *ciência eugênica* e constrói as bases teóricas para a análise da hereditariedade e a busca por maneiras de promover o "melhoramento" das características do conjunto da população.

Segundo Góes (2023), a eugenia teve grande receptividade na Europa e na América entre os anos de 1860 e 1945. No Brasil, ela emergiu na passagem do século XIX para o XX, para responder ao "problema da raça" e ao do sanitarismo, notadamente a partir das ideias de Renato Kehl (1889-1974), ao criar a Sociedade Eugênica de São Paulo, em 1918.

> Entre os objetivos dos eugenistas brasileiros, o mais ambicioso era fornecer subsídios para a concretização do projeto de "construir um povo" que refletisse os parâmetros das elites, a partir do ideário de branqueamento da nação. No escopo dos eugenistas, era necessário "inundar o país com o sangue europeu" e impulsionar a mistura étnico-racial, para que o país se tornasse branco (Góes, 2023).

Santos (2014) reflete que os processos da construção desse nacionalismo eugenista foram de grande evidência no cenário brasileiro, e, ao se analisar seu processo e seus objetivos, percebemos que a educação escolar foi muito utilizada nessa preparação. Sendo assim, era necessário moldar as crianças desde o início de sua escolarização, estimulando o nacionalismo nas diversas camadas sociais, fator que as unificaria, como observa o autor,

> compreendida a fascistização como processo histórico e cultural, apresento alguns elementos que emolduram cenários brasileiros e italianos e que auxiliam a compor sua identidade. Apoiado nessa base, reúno indicativos de que tal regime político agiu vigorosamente sobre as instituições, particularmente na escola. (Santos, 2014, p.171).

A educação moral e cívica é um dos exemplos de como a propaganda política foi transmitida para o público infantojuvenil. Em momentos anteriores à sua ascensão ao poder, Vargas defendia o princípio de considerar a importância da criança, com base na metodologia da educação tradicional, exprimindo que era durante a infância que se encontrava a mente em seu estado mais puro, como "cera virgem" sendo, portanto, a fase de desenvolvimento em que se deveria iniciar o processo educativo de modo integral; na concepção do então presidente, o letramento, a educação moral e a educação cívica.

O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), instituído em 1939, era uma peça-chave para a estratégia do governo para os recursos propagandistas, notadamente, no âmbito da educação. Por exemplo, é possível notar nas cartilhas, voltadas ao público infantojuvenil, que Getúlio tinha como princípio elevar seu governo para além das fronteiras de seu presente, reconhecendo a importância de construir apoio tanto no ambiente domiciliar, quanto escolar. Como menciona Bittencourt (2008), existe intrínseca, ao compor qualquer material didático, uma ideologia que, no caso estadonovista brasileiro, se trata da idolatria à imagem de pátria ordenada e dotada de moralidade exemplar, fazendo uso, para tanto, de elementos simbólicos e afetivos, como a fé cristã, como podemos observar na citação:

> Bem sabe o presidente Getúlio Vargas que é no idealismo da mocidade que as pátrias fortes vão beber energia. Bem sabe o chefe de Estado que é o braço dinâmico e pujante da juventude que levanta, nos grandes e culminantes momentos, a trincheira espiritual que defende a nacionalidade, que preserva a raça, que salvaguarda a tradição (Barros, 1942, p. 13).

Esse ideal corpóreo, proposto pela filosofia da eugenia, configurava o protótipo do brasileiro civilizado; a educação, então, deveria ser voltada também para formar esse indivíduo de forma completa, ou seja, robusto de forma física e moral. A figura abaixo mostra, em uma das poucas representações fotográficas que encontramos em nosso estudo, Vargas interagindo com duas crianças negras; o contato aparenta ser amigável e terno, contudo, é uma das poucas imagens em que os retratados não estão em primeiro plano, sendo mais aparentes os figurantes.

IMAGEM 7- GETÚLIO CUMPRIMENTANDO CRIANÇAS NEGRAS



Fonte: DEPARTAMENTO DE IMPRENSA E PROPAGANDA (DIP). Getúlio, o amigo das crianças. Rio de Janeiro, 1940, p. 4.

Com a exclusão de grande parte da população nas imagens ilustradas nas cartilhas, notamos que, quando ocorrem, são realizadas de uma maneira mais contida, com a presença de poucos indivíduos na cena, diferenciando-se das multidões que são registradas em fotografias, em desfiles ou caminhadas, ou nas ilustrações deste período, conhecido como Estado Novo, que foi o momento de maior concentração do Estado brasileiro em seu líder, Getúlio Vargas. As ameaças aos valores morais, como a especulação de tentativas de intentonas comunistas, foram utilizadas como base argumentativa para que fosse instaurado no Brasil um governo totalitário. Na cartilha *Getúlio, o amigo das crianças* (1942), é reproduzido um recorte de uma fala pública do presidente direcionada às crianças: "só o amor constrói e, amando o Brasil, forçosamente o conduzirá ao mais alto dos destinos entre as nações, realizando os desejos de engrandecimento aninhados em cada coração brasileiro" (p.3), palavras que reforçam a importância da criança na composição do contexto sociopolítico brasileiro. Além de se utilizar das cartilhas para se comunicar de forma direta e, de certa forma, mais afetiva com os jovens.

As três cartilhas utilizadas como fonte para esta pesquisa, *A Juventude no Estado Novo, Getúlio Vargas para crianças, Getúlio, o amigo das Crianças*, apresentam de forma explícita todos os aspectos idealistas mencionados que são utilizados para atingir o público-alvo de forma amável, sempre sorrindo, unido e rodeado pelas crianças. Para isso, apela ao sentimento de pertencimento a uma grande unidade nacional, apresentando como figura unificadora o próprio Vargas como exemplo a ser seguido, um homem estudioso, disciplinado e amante da pátria desde sua formação na infância, até sua chegada à liderança do País, onde passou a ser o maior defensor desses princípios.

Apesar da construção de representante de todos os brasileiros, e especialmente de "pai dos pobres", notamos, a partir das manifestações escrita e visual do governo varguista, símbolos que remetem à camada considerada classe média, sendo poucas as imagens de outras parcelas da população, como os negros e os indígenas[2]. Apenas em uma fotografia Vargas aparece ao lado de uma criança indígena, adornada com trajes tradicionais de sua etnia, entrelaçada pelo então presidente.

IMAGEM 8- GETÚLIO VARGAS COM UMA CRIANÇA INDÍGENA

[2] De acordo com o IBGE, pelo censo de 1940, por mais que a maioria da população tenha se declarado como branca, a quantidade de pessoas negras e pardas chegava a 14,7 milhões de pessoas, sem considerar a população indígena, e os imigrantes que se declararam como amarelos, além de 41,9 mil pessoas que não expuseram sua cor. Disponível em IBGE-https://brasil500anos.ibge.gov.br/estatisticas-do-povoamento/imigracao-por-nacionalidade-18841933.htm. Acesso em: 25/11/2025



FONTE: DEPARTAMENTO DE IMPRENSA E PROPAGANDA (DIP). Getúlio, o amigo das crianças. 1940, p. 7.

A fotografia acima é a única em todas as três cartilhas estudadas, em que Vargas aparece ao lado de uma criança indígena, adornada com trajes tradicionais de sua etnia, enquanto Vargas a entrelaça. A proposta de unificar os brasileiros em uma identidade singular é construída ao se retratar Vargas com todos os grupos sociais e étnicos que compõem a sociedade brasileira, embora predomine nas imagens a população branca.

Em continuidade a uma entrevista, Dávila (2016) reflete sobre as relações entre eugenia e ensino público,

> [...] é notável no contexto do ensino público a força de ideias eugênicas derivadas do neolamarckismo: a noção de que o ambiente e a cultura podiam inibir ou nutrir o desenvolvimento e mudar a condição de uma população foi um forte impulsionador para políticas públicas em áreas como educação e saúde. O poder do pensamento eugênico ajudou a acelerar o desenvolvimento do ensino público, porque a escola seria um dos espaços privilegiados para redimir uma população diagnosticada como deficiente pelos defensores da eugenia. A ligação entre eugenia e escola teve efeitos contraditórios: por um lado, concentrou esforços, recursos e técnicas para ampliar a educação pública num molde que alcançava famílias até então excluídas. Mas, por outro, os conceitos eugênicos que nortearam as escolas e ordenavam os alunos e professores tendiam a definir como deficientes as pessoas negras ou provenientes de meios pobres. Em vez de exclusão, a presença do pensamento eugênico no ambiente escolar resultou numa moderna inclusão marginalizadora (Carvalho, Corrêa, 2016).

A proposta de unificar os brasileiros em uma identidade singular é construída ao se retratar Vargas com todos os grupos sociais e étnicos que compõem a sociedade brasileira, embora predomine nas imagens a população branca.

Por conta da crise internacional dos anos 1920, da ascensão nazifascista, e da Segunda Guerra Mundial, iniciada no final dos anos de 1930, a parcela da população imigrante cresce de forma notória, como aponta o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que indica que, de 1924 a 1933[3], chegaram ao Brasil mais de 717 mil pessoas vindas de diversos países europeus, como Alemanha, Espanha, Portugal e Itália. Porém, sírios, turcos e japoneses são as nacionalidades que mais aparecem nos dados do IBGE. A entrada de inúmeros imigrantes no território brasileiro fez com que surgissem locais específicos em que cultuavam seus rituais, sua religião e escolas próprias, que ensinavam utilizando o idioma nativo. Essa onda imigratória era o oposto do posicionamento nacionalista do governo Vargas, fator que levou à necessidade de integrar essa população à cultura nacional, para que futuramente fossem "verdadeiros" brasileiros; em razão disso, dificilmente eram encontrados na propaganda governamental.

---

[3] IBGE. estatísticas do povoamento- imigração por nacionalidade (1884/1933). Disponível em: https://brasil500anos.ibge.gov.br/estatisticas-do-povoamento/imigracao-por-nacionalidade-1884-1933.html. Acesso em: 15/07/2025.

A educação de crianças imigrantes, segundo Kreutz (2007), muito ligada às escolas criadas em comunidades onde habitavam pessoas de mesma nacionalidade, que seguiam a mesma tradição religiosa e cultural, além de se identificarem entre si, promoviam por meio dessas organizações a permanência de suas tradições. A questão de como identificar os imigrantes e seus descendentes, como brasileiros e brasileiras, é imputada desde a instauração da República, visto que, a partir dessa identificação seria possível se instituir uma história nacional de forma soberana, para superar a imagem reduzida de ser apenas uma colônia de Portugal. O crescimento urbano, como afirma Kreutz (2007), é um fator que vai dificultar a implementação de escolas regulares, para todas as crianças. Porém, com o tempo, as escolas construídas pelos imigrantes, que eram voltadas apenas ao seu meio, foram substituídas por modelos escolares que evocavam ao "estado de espírito moderno" (p.374).

> Bomeny (1994) ao apresentar a movimentação na educação brasileira desde o início da república até o final da década de 1920, destaca que a partir do governo Vargas é notável mudanças importantes para que houvesse mudanças quanto o que se compreendia para a educação como política nacional. A partir do início da década, ao ficar sob responsabilidade do ministro Francisco Campos, com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, busca ampliar o acesso da população ao ensino primário, apesar dos desafios de mantê-las por conta do alto número de trabalho infantil, onde a exploração se dava por turnos de trabalho de aproximadamente 12 horas por dia e salários abaixo do valor que seria pago por um trabalhador adulto. Por conta da exaustão, das obrigações com a organização da casa e da família, a busca pelo ensino escolar precisava não apenas se modificar para se tornar mais atrativo, mas foram necessárias políticas públicas que fortificassem que as crianças fossem capazes de se manter no ambiente escolar. Não se pode olvidar a debilidade tanto do Estado quanto da sociedade em reconhecer e fazer valer os direitos da criança e do adolescente reconhecendo-os em sua completude como sujeitos detentores de garantias fundamentais. Porém, conforme relatado no capítulo anterior, com a segunda guerra mundial (1939-1945) tornou-se imprescindível a formalização de determinados princípios e a garantia de sua inviolabilidade para preservação dos direitos do indivíduo. Daí a criança e o adolescente passaram gradativamente a receber, ainda que de forma incompleta, alguma proteção do Estado (Lima; Poli; José, 2017, p.322).

No final da década de 1920, já havia sido formulado o Código de Menores, responsável por definir por lei que a faixa etária delimitada como criança deveria ser entre zero e doze anos e, a partir dessa idade seria a adolescência, até os 18 anos. Com isso, era possível formular medidas a serem executadas pelo Estado para se controlar, e posteriormente, criminalizar os jovens, sobretudo os negros.

A instauração de um sistema de ensino público no Brasil é uma questão anexada sob interesses e responsabilidades do Estado, a partir do final do século XIX, com a Proclamação da República, bem como o afastamento de forma oficial da influência da igreja católica na educação brasileira, marcada desde a colônia. Contudo, as questões de moralidade sempre estiveram enraizadas na formação cultural do Brasil e, portanto, por mais que não haja ligação oficial e determinada, a educação, ainda, sofria interferência dela. Como afirma Saviani (2014):

> Do ponto de vista da administração do ensino público, o advento da república marcou uma continuidade em relação ao Império, ao manter as escolas primárias, portanto, o ensino popular, sob a égide das províncias transformadas em estados federados. Diferenciou-se, no entanto, pela laicidade. (Saviani, 2014, p.30).

A educação brasileira tem como característica de seu passado colonial uma tradição de divisão explícita entre o ensino para as elites e o ensino para as classes menos favorecidas economicamente. Desde a primeira metade do século XX, a Associação Brasileira de Educação (ABE), como observa Carvalho (1998), apresenta uma diferenciação entre conteúdo e a forma de ensino, em que o acesso da elite era maior e mais aprofundado em questões científicas, enquanto o restante da população teria acesso muito raso a questões científicas complexas, pois o foco era o ensino letrado. Sendo assim, a educação era considerada um modo de manutenção da sociedade colonial.

Como explica Saviani (2008), a educação brasileira, embora seja referenciada por movimentos estrangeiros, deve ser construída levando-se em consideração seu próprio contexto histórico, como propõe o autor (Saviani, 2017), em sua obra *História das Ideias Pedagógicas no Brasil*.

A obra de Saviani propõe uma periodização que se inicia com o domínio da coroa portuguesa no século XVI, onde a educação está sob responsabilidade da Igreja Católica. Nesse contexto, os membros da Companhia de Jesus, denominados jesuítas, ficaram com a responsabilidade de ensinar a doutrina cristã para pessoas indígenas, processo chamado de catequização.

Com o decorrer do tempo, a Educação passa a ser controlada também por representantes do governo português que promoveram o desenvolvimento de um ensino escolar voltado para as necessidades de formação da elite, pois essa seria preparada para assumir papéis políticos de liderança. Com o período Democrático a partir do século XIX, o Brasil encara uma necessidade de educar também as camadas de massa da população, uma vez que era necessário possuir a capacidade de leitura e escrita para se manter o modelo democrático. Com isso, o século XX é marcado por diferentes períodos educacionais, mas todos com um fim comum, o preparo desses indivíduos para compor de forma ativa o mundo do trabalho, lógica essa que se mantém presente na educação até os dias atuais.

Na obra, é interessante destacar que mesmo que o Estado brasileiro, que é considerado laico desde sua independência, tome maior controle sobre a educação de crianças e jovens, ainda existe muito da permanência dos dogmas católicos nas escolas, principalmente quando analisamos, no contexto de Vargas, os ensinamentos voltados para a lógica cristã de ordem e bons costumes.

A partir dessa divisão, encontramos o período estudado neste trabalho, marcado pela regulamentação do ensino e pelo crescimento da educação voltada para a grande massa populacional, iniciado nos anos de 1930 com o governo de Vargas, e se estendendo até a década de 1960, passando por governos democráticos, pela ditadura varguista, e, a partir de 1964, pela ditadura militar, que perdurou até 1985.

O início do governo não democrático de Vargas, iniciado em 1937, e estendido até 1945, chamado de Estado Novo, foi marcado por um cenário político de grande controle e censura, com a instituição do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) em 1939, com a finalidade de promulgar a imagem de Getúlio como o líder ideal para a população, além de coibir ideias que seriam contrárias às suas propostas. O DIP atuou, então, como forma vital de construir a identidade do governo, apresentando-o para a população de maneira positiva, e se utilizando de diversos meios, como as cartilhas aqui analisadas e instituições, como o Instituto Nacional do Livro (INL), que fomentaram a autopropaganda e a idealização de Vargas, como o pai, o educador e o trabalhador ideal, perseguindo pessoas e entidades que se opunham, criando uma narrativa de “inimigos da Nação” e dos considerados bons costumes.

A utilização dos sentimentos na educação de crianças já é assunto compreendido desde o século XIX, onde em *The education of the feelings,* de Charles Bray (1849), que destaca como a educação desses indivíduos é feita de maneira eficaz ao circundar temas que necessitem de apelo emocional, como questões morais, religiosas ou que apelem para a identidade cívica dos indivíduos, tendo como resultado a construção do indivíduo e do modelo ideal capaz de melhor se encaixar na sociedade que habita. Esses sentimentos, como completa Narita (2016), devem ser utilizados de forma combinada com os conteúdos, tendo suas formações baseadas nas instruções ensinadas.

2- AS REFORMAS EDUCACIONAIS E A INTRODUÇÃO DA ESCOLA NOVA NO BRASIL

O movimento Escola Nova tem suas bases no final do século XIX, mas no Brasil foi integrado de forma mais efetiva a partir da década de 1920, no qual o saber, a leitura e a escrita se tornam essenciais para a formação do indivíduo. No livro *Vida e Educação* por Dewey (1919), que foi traduzido para o português por Anísio Teixeira, um dos pioneiros que marcaram a formação do movimento escolanovista, é relatado como a pedagogia escolanovista compreende o ser humano por suas ações e reações, conforme o ambiente que o abriga, assim como os objetos que, ao mudarem de ambiente se modificam, mas continuam sendo próprios em sua essência, aplicando-se em relação à formação individual. Além disso, o movimento escolanovista chega com atraso às escolas brasileiras, em razão do apego aos métodos tradicionais ligados à Igreja Católica, e aos modelos de colégios régios, que não garantiam o acesso à educação para a população comum, principalmente em relação à população feminina, negra e indígena.

> Em geral, os estudos referentes a escola nova abordam crianças que estão dentro de um padrão de normalidade, mas sabemos que, em uma de suas origens está a preocupação com crianças pobres e com déficits mentais. Foram esses novos estudos que possibilitaram a criação de pedagogias alternativas (Veiga, Filho, 2000, p.40).

Dávila (2016), em uma entrevista concedida à Revista Manguinhos, aponta, em relação aos precursores da escola nova no Brasil:

> [...] Muitos dos líderes do movimento eugenista no Brasil estavam envolvidos no sistema escolar do Rio de Janeiro ou de outros estados; figuras como Afrânio Peixoto, Antonio Carneiro Leão, Isaias Alves e Bastos D'Avila. E vemos a influência de pensamento eugênico entre os principais articuladores da reforma de ensino conhecida como a Escola Nova, como Fernando de Azevedo, Manoel Lourenço Filho e Anísio Teixeira. Essa difusão das concepções eugênicas era reflexo de sua época: a eugenia teve muita influência e prestígio nas ciências sociais no Brasil e no mundo durante as décadas de 1920 e 1930 [...] (Carvalho, Corrêa, 2016).

É preciso compreender que o momento no qual o movimento escolanovista se expande e se fortalece no Brasil foi o período entreguerras, e como já ressaltamos anteriormente, marcado pelas ideias eugenistas, de grande movimentação política em meio à população em massa, com crises econômicas, e o surgimento de contrapontos com ideais políticos, como o anarquismo e o comunismo; nesse sentido, a escola foi um meio regulador, pois, segundo Carvalho (2001), haveria uma imposição ideológica das elites para ser incorporada de uma maneira mais simples para a população em geral. Logo, o acesso com menores restrições à educação teria uma abrangência significativa em relação aos modelos anteriores que apresentavam maior exclusão, principalmente, com a instituição de uma educação pública, e de maior acesso às camadas trabalhadoras urbanas, o que fez com que o movimento escolanovista ganhasse mais apoiadores.

> erradicar o analfabetismo nesse país, de forma a proporcionar uma sociedade esclarecida e com discernimento participativo nas decisões sociais, é eminentemente um risco que muitos dos governantes não querem correr, desta forma, buscam a cada alternância de poder estabelecer um novo princípio salvador para a educação, mas apenas com um único propósito: o de permanecer a educação como está (Torres, Lima, 2023, p.5).

A forma como a figura do aluno, uma criança ou jovem, é vista passa por uma mudança em relação ao processo de educação, deixando de ser considerado totalmente passivo como era tratado pela educação tradicional, em que deveria apenas absorver e reproduzir os conhecimentos passados pelo professor, de maneira escrita ou oral. A proposta da Escola Nova defendia o posicionamento oposto, no qual o aluno deveria ser um sujeito ativo em seu processo de aprendizagem, se reconhecendo como indivíduo também ativo na ordem social, aprendendo por meio das experiências ao seu entorno, e não apenas pelo conhecimento científico trazido pela instituição escolar. Como destaca Vidal (2000, p. 498):

> o aluno assumiria soberanamente o centro dos processos de aquisição do conhecimento escolar: aprendizagem em lugar de ensino. A psicologia experimental dava suporte à cientificidade da pedagogia e produzia no discurso da escolarização de massas populares o efeito da individuação da criança.

A partir da concepção de pertencimento e atividade da criança em meio à sociedade, se constituía, igualmente, uma consciência cidadã, com a defesa do estado democrático, reconhecendo que existem direitos e deveres a serem cumpridos por um bem-estar individual e coletivo, como explica Nagle (2009, p.269):

> [...] a contribuição do movimento reformista da escola primária, no sentido de penetração do ideário escolanovista, se dá pela ampliação e diversidade curricular e, especialmente, por meio de uma transformação metodológica [...].

Em 1932, a educação brasileira foi marcada pelo chamado Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova que, como já apresentava em seu nome, vem com a proposta de romper diretamente com a duplicidade que separava de forma significativa os alunos de elite dos demais. O manifesto apelou ao governo e à população da época para que houvesse uma superação ao velho sistema educacional; ao mesmo tempo, além de prezar por uma nova educação, valorizava a juventude que passaria a ser ativa nesse cenário. Um dos maiores representantes do movimento foi Anísio Teixeira[4] que defendeu a ideia de transformação total, como informa Xavier (1999), em um primeiro momento da sociedade, para depois ser possível inovar o espaço escolar, sendo a sociedade renovada a partir da Democracia, ou seja, a concepção do que deveria representar o novo indivíduo moderno era o modelo democrático e o conhecimento científico, ensinados nas escolas, que levavam ao pensamento crítico.

> Para os signatários do Manifesto, o momento exigia uma educação renovada, suplantando o velho conservadorismo e os padrões presentes nas formas de ensino. Trata-se de elevar o espírito nacional por meio da escola, superando o baixo nível cultural e o atraso econômico. Expressando os postulados liberais, o documento vincula a educação como requisito fundamental para a formação de trabalhadores e a promoção da riqueza social. (Gomes, et al., 2023).

---

[4] Anísio Teixeira é um grande nome na educação brasileira, sendo figura central na concepção do movimento escolanovista no Brasil. Retirado de: http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4689.pdf

No início do governo de Getúlio Vargas em 1930, o princípio utilizado para legitimá-lo partia de uma ampla divulgação de sua imagem e de suas ideias, sobretudo, pela educação. Ao trabalhar em conjunto com Lourenço Filho[5], um dos pioneiros do movimento da Escola Nova no Brasil, o governo de Vargas passou a utilizar o espaço escolar, e a concepção de criança como sujeito ativo, de maneira favorável ao governo ditatorial instituído, como demonstra Mate (2002, p.90):

> Essas participações devem ser apreendidas de modo que possibilitem a compreensão da historicidade das propostas de Lourenço Filho para o ensino paulistano. Ou seja, seu empenho em intervir na mudança da escola pública, junto a experiências desenvolvidas em relação ao treinamento de operários para adaptação ao "trabalho moderno" [...]

Apesar de mencionar nesse caso específico a reforma na educação paulista, Mate destaca como Lourenço Filho se fez presente no cenário educacional brasileiro, em especial nas reformas ocorridas após a tomada de poder varguista. Em outro trecho, são apresentados relatos escritos pelo próprio se referindo à importância desse momento para a promoção das reformas educacionais (Mate, 2002, p.89), citando a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública como um dos facilitadores para tais, já que assim as discussões poderiam acontecer em um espaço próprio.

> Apesar de, por vezes, assumir ideários externos, a sociedade brasileira conta com uma conjuntura histórico-cultural própria. Assim, ainda que orientada por princípios estrangeiros, a aplicação da Escola Nova enquanto política educativa para o país foi influenciada por elementos como: a instabilidade política e econômica do período, o contexto antidemocrático do primeiro governo varguista, o objetivo de otimizar o ensino nas cidades e assim promover a mudança no modelo econômico de produção do agrário para o industrial e a matriz cultural de uma população marcada pela desigualdade social e baixa escolaridade (Coutinho, 2023, p.9).

[5] Lourenço Filho foi relevante ao movimento Escola Nova no Brasil da década de 1920. Durante o Governo de Vargas, teve presença na organização da educação. Retirado de: https://www.gov.br/mec/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/historia/1930-1939

Durante a década de 1930, as influências conservadoras católicas e até escolanovistas resultaram em reformas educacionais importantes, como a de São Paulo e a de Goiás, onde o principal objetivo de ambas era modernizar o sistema de ensino dos estados, a partir do que era considerado mais adequado às suas realidades, no caso, representar ideologicamente conforme os interesses daqueles indivíduos das camadas oligárquicas dos respectivos estados.

Por exemplo, no estado paulista a capital passa a ter a chamada Escola Complementar, cuja responsabilidade é a formação dos professores que iriam atuar no estado, projeto este que se expandiu por outras cidades do estado, que passaram a possuir suas próprias unidades de formação.

> De modo geral, estudos pioneiros como os de Tanuri (1973; 1979) e Antunha (1976) consideram que a Escola Complementar oferecia formação inferior à Escola Normal, sobretudo, pela pouca formação pedagógica, restrita à Prática de Ensino realizadas nas escolas primárias (Inoue, 2024).

Os estudos acerca das reformas educacionais também demonstram que seus objetivos divergem um pouco das que estavam sendo promovidas por Francisco Campos no âmbito federal, onde o foco era voltado para o ensino secundário, e as reformas paulistas tinham maior foco no ensino primário. Contudo, ambas buscavam modernizar e ampliar o ensino ofertado pelas escolas públicas.

O princípio da teoria escolanovista é baseado não apenas em promover a autonomia entre os indivíduos, mas também garantir condições dignas no ambiente de aprendizado, para que o aluno seja formado de maneira total.

A partir do contexto apresentado, é possível perceber que apesar do baque recebido pela interrupção do momento democrático, a Pedagogia Nova não apenas conseguiu aparecer entre nuances teóricas, mas perdurou de maneira possível na prática, sendo parte ativa da formulação das reformas que marcaram profundamente a educação brasileira e, no geral, a educação pública. Ainda hoje, quase um século após o momento estudado, a busca pela igualdade em sala de aula se mantém como um dilema, agora enfrentando diferentes problemáticas, como a desigualdade na oferta da educação no extenso território nacional, o retorno da intensificação do ensino regido sob tutela, agora principalmente voltado ao sentido militar, e a abertura de capital privado para a manutenção desse serviço que deve ser mantido pelo Estado que por sua vez demonstra não apenas o quão frágil é a situação educacional no país, mas também como o domínio de qualquer instituição é notável, a partir dos comportamentos sociais, assim como percebemos, ao analisar os materiais e as fotografias.

2.1 O EMBATE ENTRE OS ESCOLANOVISTAS E O GOVERNO VARGAS

Com o lançamento do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, que além de defender os princípios que formam a base da teoria, já mencionados anteriormente, também apresentam-se elementos que, para a época, demonstram interesse em modernizar o Brasil como um todo, começando pelo sistema educacional, como indica Gomes (2023), muito percebemos quanto a preocupações de caráter além do aprendizado da leitura e da escrita, mas também uma forma de propagar posicionamentos que se voltam para a modernidade, conceito muito presente nas teorias burguesas, já que se voltam para a formação do indivíduo.

> A Pedagogia Tradicional não reinou totalmente incólume durante toda a Primeira República. Em menor grau, principalmente entre o início do século e os anos 20 foi fustigada pela Pedagogia Libertária; em maior grau, principalmente a partir de meados dos anos 20, passou a ser combinada pela Pedagogia Nova (Ghiraldelli,2001, p.22).

Seguindo o que Ghiraldelli menciona acima, o momento anterior ao governo de Getúlio Vargas já se apresenta de maneira dividida, já que mesmo com a organização e o ganho de forças do movimento escolanovista entre os teóricos, a situação na qual a educação brasileira se encontrava era marcada ainda pela presença constante do método de ensino tradicional, que não é compatível com a Pedagogia Nova. Com isso, sua aplicação acaba sendo dificultada, pois acaba sendo sobressaída pelo modo de controle aplicado pela tradicional. Com o interrompimento da democracia na década de 1930, um de seus principais princípios acaba sendo intensamente prejudicado, o que acaba abrindo mais espaço para que a Pedagogia Tradicional permaneça, mas ainda sendo capaz de manter sua influência.

A Pedagogia Tradicional, apesar de se manter ainda nos elementos formativos das salas de aula brasileiras até hoje, não conseguiu segurar que houvesse mudanças no nosso modo de ensino. Libâneo (2005) destaca como, para a formação do aprendizado, não é necessário que o aluno tenha acesso aos conteúdos, mas à forma como ele as recebe, como as compreende e quais são as circunstâncias que acometem o seu bem-estar e, consequentemente, o seu desempenho.

> Nenhum investigador e nenhum educador prático poderá, pois, evadir-se da pedagogia, pois o que fazemos quando intentamos educar pessoas é efetivar práticas pedagógicas que irão constituir sujeitos e identidades. Por sua vez, sujeitos e identidades se constituem enquanto portadores das dimensões física, cognitiva, afetiva, social, ética, estética, situados em contextos socioculturais, históricos e institucionais. Buscar saber como esses contextos atuam em processos de ensino e aprendizagem de modo a formar o desenvolvimento cognitivo, afetivo e moral dos indivíduos com base em necessidades sociais, é uma forte razão para o cotejamento entre o "clássico" da pedagogia e as novas construções teóricas lastreadas no pensamento "pós-moderno (Libâneo, 2005, p.2).

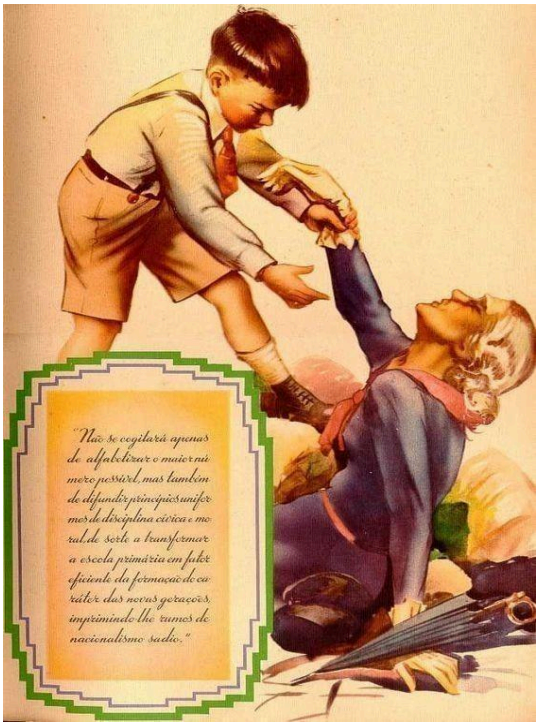
A partir desses entendimentos, a sala de aula tradicional não consegue se manter como antes, sendo então necessárias reformulações em seus métodos para que sejam eficazes. Mesmo que tenham resistências por movimentos conservadores, os princípios de atividade e cidadania foram aceitos nas novas formas de ensino que foram também afetadas diretamente pelas influências cristãs e católicas.

A partir do posicionamento dos escolanovistas favoráveis à Democracia, o governo de Vargas não será compatível com o seu ideário de constituir uma nova educação para o Brasil. Contudo, o interesse do governo em se expandir, em diversos espaços para se consolidar, vai fazer com que sejam feitos alguns avanços, como por exemplo a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, nos primeiros momentos de seu governo, já em 1931. Esse ficou sob responsabilidade do ministro Francisco Campos. A criação foi com base na justificativa de amparo dos setores abrangidos, isto é, educação e saúde; também se destacou por regularizar o ensino secundário e o superior. O mandato de Campos teve como proposta modernizar a Educação brasileira, organizando o nível secundário e superior.

A criação desse novo ministério foi feita com o objetivo de organizar a educação brasileira por meio de um planejamento que formasse uma identidade única para toda a população, pois, a partir do fortalecimento do sentimento de unidade nacional, pelo emprego de narrativas e elementos patrióticos, se formaria a base da população para se cultivar um futuro glorioso para a pátria. Apesar da inconsistência, a educação no governo Vargas contou com a presença ativa de Lourenço Filho, um dos pioneiros escolanovistas.

Assim, a escola desse período apresentou mudanças em relação aos modelos antigos, mas não absorveu os princípios democráticos, como por exemplo, a ampliação do acesso ao ensino para camadas populacionais que antes eram pouco ou nada abrangidas; o conteúdo apresentado era semelhante ao raso acesso ao letramento, contudo a questão da aprendizagem por experiência e para preparação ao futuro foi desenvolvida de maneira voltada à valorização do trabalho, notadamente, engrandecendo os centros urbanos e a mão de obra operária, além de ser voltada para a manutenção dos valores cristãos para educar civicamente as crianças e jovens, sendo esse elemento também considerado essencial para a formação de um futuro promissor. A ilustração abaixo retrata esse momento:

IMAGEM 9 - O PAPEL DA EDUCAÇÃO NA SALVAÇÃO DA PÁTRIA



Fonte: DEPARTAMENTO DE IMPRENSA E PROPAGANDA (DIP). A Juventude no Estado Novo. Rio de Janeiro, 1941, p.11.

A criança, um menino, está indo em auxílio a uma mulher adulta que está caída; nesse contexto, a representação da responsabilidade e a da concepção cidadã são manifestadas pelo ativismo do jovem, que apoia uma pessoa necessitada. Podemos perceber também, além da questão moral e cívica, a ideia de gênero, uma vez que, é um menino que está agindo, enquanto a pessoa fragilizada é feminina. Com a imagem, temos os seguintes dizeres:

> Não se cogitará apenas de alfabetizar o maior número possível, mas também de difundir os princípios uniformes de disciplina cívica e moral, de sorte a transformar a escola primária em fator eficiente da formação de caráter das novas gerações, imprimindo-lhes rumos de nacionalismo sadio. (DIP, A Juventude no Estado Novo (1941, p.11).

De 1934 a 1945, o Ministério da Educação e da Saúde Pública foi comandado por Gustavo Capanema[6], sendo, segundo Xavier (1999), onde foram moldados os princípios do atual Ministério da Educação, referente ao período democrático pós-redemocratização de 1985, que foi marcado por apoiar áreas intelectuais externas à restrita área científica anterior, comunicando-se, por exemplo, com intelectuais voltados também às artes, como justificativa de modernizar o cenário educacional.

Segundo Montalvão (2021), as medidas de Capanema são notáveis por serem voltadas para tentativas de aumentar a qualidade do ensino ofertado, já que o período que o antecedeu teve como principal missão a expansão da oferta do ensino e o desenvolvimento da base do novo sistema escolar, como abaixo explicitado:

> Assinada pelo ministro Gustavo Capanema em 1942, a Lei Orgânica do Ensino Secundário manteve o sentido elitista desse ramo do ensino médio, tolhendo, porém, os aspectos de modernidade pedagógica encontrados na política anterior. Estes se manifestaram sobretudo na exposição de motivos do decreto 19.890 (Montalvão, 2021, p. 14).

A defesa pelo ensino da cidadania democrática conflita com o governo de Vargas como um todo, já que ele representa um governo antidemocrático e autoritário, marcado pela censura e pela extensa propaganda de sua própria imagem. Com isso, o movimento acaba sendo golpeado, já que o cenário educacional passa também a ser fechado para ser utilizado enquanto estratégia governamental de autolegitimação.

> A propaganda política enquanto conceito tem sua notabilidade mais aflorada a partir do início do século XX, quando as dinâmicas internacionais apontavam para uma acentuada necessidade de desenvolver estratégias de comunicação para os mais variados fins. Seja em relação a defesas institucionais de governos, promoção de conflitos armados ou propagação de ideologias, a propaganda política se capilarizou durante o início do Breve Século, passando a ser um instrumento do qual não se poderia prescindir em caso de pretensão de sucesso político (Oliveira, 2025, p.7).

[6] Gustavo Capanema foi ministro durante o governo de Getúlio Vargas, tendo seu mandato entre os anos de 1934 e 1945, quando Vargas abdica e se encerra o chamado Estado Novo. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/historia/1940-1949.

Com a aproximação da década de 1930, o movimento sente os primeiros sinais de enfraquecimento, principalmente pelos embates com a Igreja Católica que buscava se manter dominante no meio da educação. Após a posse de Vargas, o movimento é novamente fragilizado.

> Com a Revolução de 1930, a correlação das forças políticas se redefine e instala-se aberta, nos meios educacionais, a disputa pelo controle ideológico do aparelho escolar. O programa de organização nacional através da organização da cultura se fragmenta em pelo menos duas propostas rivais. Na disputa, teve importância fundamental o embate no campo doutrinário da pedagogia, porque nele é que se construía a adesão do professor à "causa educacional," normatizando-se sua prática e garantindo-se, deste modo, o controle político do aparelho escolar (Carvalho, 2004, p.93).

Contudo, a participação ativa de Lourenço Filho, que compôs também o movimento escolanovista no Brasil, acaba gerando atritos e semelhanças nos planos propostos pelas reformas. Um principal ponto defendido pelos pioneiros e que acaba sendo presente nas propostas do MESP é o ensino ser ministrado pela esfera pública, sob responsabilidade do Estado e de maneira a incluir toda a população, além de também ser oferecido de maneira sem distinguir o ensino escolar entre meninos e meninas, tendo uma sala de aula mista.

> Nesse sentido, o manifesto é claramente um apelo à modernização do país, em termos culturais e sociais, pela constituição de uma nova imagem e semelhança dos pioneiros. Ele busca fazer uma representação nacional, nova, renovada, de um Brasil Moderno, embora o Brasil se vê como atrasado. Neste movimento de redescoberta do país, apresenta o Manifesto como um plano de progresso e de reconstrução por meio da educação científica e democrática (Cury, 2004, p.125).

Essas propostas, sob a perspectiva escolanovista, visam de forma universal à formação de indivíduos cidadãos, não apenas letrados, para que possam se desenvolver enquanto seres ativos na sociedade a que pertencem. Já no que se apresenta nos materiais produzidos pelo governo Vargas, a formação se volta de maneira intensificada para o culto à Pátria de maneira fervorosa, apresentando comportamentos e princípios morais já predefinidos, tendo como referencial o próprio líder como modelo a ser seguido.

Desse modo, é promovido um tipo de controle sobre os alunos formados através dos ensinamentos morais e cívicos, de uma maneira coletiva, pois o discurso de amor à Pátria se dá com a justificativa de um bem maior, para engrandecimento da nação, onde o indivíduo fica em segundo plano. Com isso, a identidade formada é a de pertencimento e semelhança entre a população geral, independente de locais, o que intensifica a intenção do discurso de unidade nacional forte.

> Desse modo, o nacionalismo trabalha em favor do consenso ao apontar para uma perspectiva de abnegação. Ora, se a defesa do coletivo em sobreposição ao individual é a máxima a ser seguida, o "eu" passa a ser supérfluo e as vontades particulares podem ser prescindidas, e é justamente a partir dessa noção que os meios de comunicação utilizam o nacionalismo para a produção do consenso. A homogeneidade produzida pela ideia de irmandade nacional é entendida como fundamental para a legitimação de diversas atitudes de regimes e governos, uma vez que o discurso que é massificado aponta para uma busca intransigente pelo bem coletivo (Oliveira, 2025, p.11).

O trabalho docente também é colocado em questão em ambos os debates, para os escolanovistas o professor deve ser dotado de liberdade para atuar e, ao fazê-la, deve ser um mediador do conhecimento para o aluno, que por sua vez vai construir o próprio conhecimento de maneira ativa. Já seguindo o método tradicional, o aluno perde essa autonomia, assim como o professor, pois agora os papéis são definidos como transmissor do conhecimento e receptor, e o modo no qual o conhecimento é transmitido passa a ser monitorado pelos inspetores, como uma forma mais dura de limitar o papel do professor, em sala de aula.

> As estratégias editoriais católicas tinham um importante denominador comum: confinar o uso da expressão "escola nova" – o campo teórico e doutrinário da Pedagogia, orientação indiciada já no nome de sua principal publicação: Revista Brasileira de Pedagogia. Tal confinamento era recurso ardiloso. No campo pedagógico, a questão dos fins educacionais era instanciada como fundamento de toda e qualquer discussão. Firmado o império da doutrina católica neste domínio, passava-se a julgar as novas pedagogias (Carvalho, 2004, p.92).

Além do ataque por parte do governo, o movimento escolanovista também enfrentou tentativas de enfraquecimento pela Igreja Católica e seus apoiadores que se mantiveram favoráveis ao método de ensino tradicional, que promovia a formação do indivíduo através dos conhecimentos científicos e de princípios morais que se faziam presentes na fé católica. O método apresenta uma principal divergência também quanto ao modo de ensino, pois ainda era defendido o ensino escolar separado a partir do gênero, onde o ensino feminino era voltado para o ambiente doméstico, enquanto o masculino para os ensinamentos científicos.

> Um dos pontos que chamam a atenção é a continuidade na doutrinação de determinados aspectos do pensamento católico; aliás, coerentes com o propósito de penetração espiritual e de formação de consciências. Procura-se lembrar da doutrina cristã pela apresentação dos documentos pontifícios que sumariam a posição romana diante das múltiplas questões humanas: as características da sociedade civil, as relações entre o governo dos homens e a direção espiritual da Igreja e, se um modo geral, a posição do católico frente aos traços que definem o mundo moderno (Nagle, 2009, p. 77).

Apesar de tentar se manter aos moldes, ainda é possível notar que no ensino, mesmo que seguindo maior influência católica tradicional, ainda foram necessárias mudanças no que se refere ao modo de atuar nas salas de aula, pois as necessidades eram também apresentar o cenário político de maneira favorável ao governo e às demais pautas nacionalistas que estavam presentes em seus planos e materiais.

> Embora Capanema procure amarrar o ensino das humanidades clássicas à retórica nacionalista inflamada característica do Estado Novo, ele também convergia com as concepções pedagógicas e os interesses católicos. Para esses, o ensino das letras clássicas assumia centralidade (Lopes, 2024, p.9).

Lopes (2024) segue e exemplifica como a disciplina de Sociologia foi uma das que se destacam nas disputas entre os defensores do ensino católico, pois ela passa a ser obrigatória após a Reforma Capanema, na década de 1940. A questão principal em seu entorno se refere aos pensamentos utilizados para realização dos conteúdos que fossem passados, já que se envolviam também teóricos que não representavam os estudos de maneira considerada adequada, por não apresentarem as crenças cristãs.

Com isso, é demonstrado como o movimento Escola Nova é ferido de forma constante nesse período, mas também não foi completamente apagado. O governo Vargas, por meio do Ministério da Educação e Saúde Pública, se utilizou de partes de sua teoria para reformar o cenário educacional nacional, de maneira que fosse favorável aos seus objetivos, que era promover a escolarização, aumentar o acesso à rede pública, mas para que pudesse formar a população aos seus interesses, através de constante presença de propagandas de sua imagem, censura de ideias que fossem contrárias e a presença constante de meios que mantivessem sob controle os conteúdos e a forma como estavam sendo ensinados, por parte dos inspetores e da direção escolar.

> Sobre o problema do rendimento escolar, Souza (2009) aponta que, no ano 1936, os delegados de ensino reuniram-se para discutir o baixo rendimento dos alunos e indicaram medidas para reverter o quadro. Porém, os administradores educacionais atribuíam esse problema às técnicas de ensino, à assiduidade de professores e de alunos e à imaturidade e à saúde dos alunos, ou seja, as causas desse problema estariam relacionadas aos papéis desempenhados pelos professores e pelos alunos, não especificamente ao programa educacional e se esse realmente atendia às especificidades do alunado (Ligeiro, et al., 2021, p.6).

Quando analisados documentos referentes às visitas de inspeção, Ligeiro (2021) aponta que as análises feitas consideravam os rendimentos escolares como pontos a serem considerados para avaliar o desempenho escolar de alunos e professores, e de certo modo, não davam tanta importância quanto à eficácia do sistema educacional em si. Dessa forma, tanto professores quanto os avaliadores acabavam por se sobrecarregar quanto aos resultados obtidos.

As avaliações eram feitas em visitas regulares, no qual o inspetor acompanhava o cotidiano escolar e demais condições, e ao final fazia um documento para servir de registro oficial que representasse o desempenho das unidades e de seus trabalhadores.

Ligeiro (2021) então demonstra que, com o Manifesto dos Pioneiros, em 1932, as escolas passaram por mudanças significativas no sentido de modernização, agora passando a também possuir espaços de ensino além do ensino letrado, com o maior aparecimento de instituições de recursos técnicos, citando como exemplo as bibliotecas e os museus escolares. Dessa forma, a construção do conhecimento é possibilitada para além do espaço da sala de aula e apenas da fala do professor, promovendo que o aluno, através dos sentidos e de seu conhecimento prévio enquanto indivíduo, fosse possibilitado de fazer suas próprias interpretações acerca de obras literárias, filosóficas ou artísticas. Contudo, o constante controle e a censura moldaram o modo de aplicação desses espaços e, portanto, foram utilizados como composição de uma escola pouco livre, oposta aos ideais escolanovistas.

Atualmente, há o molde das escolas enquanto recursos, apesar de maior presença de tecnologia como computadores e conexão à internet, os recursos técnicos disponibilizados nesse período passado ainda compõem a realidade escolar, sejam públicas ou privadas. Considerando suas relevâncias no apoio pedagógico, os recursos técnicos são de suma importância para a promoção da leitura e do acesso a documentos e objetos históricos, além de permanência do ensino fora do ambiente de sala de aula, com maior liberdade e autonomia. Contudo, também é possível notar que o ambiente escolar, mesmo que tenha sofrido reformas e tenha se passado quase um século do comparativo, as permanências do ensino tradicional mantêm as escolas em um esqueleto rígido, fazendo com que elas sequer apresentem inovações técnicas e pedagógicas. Analisando ainda o tempo presente, a fé cristã no cenário nacional passou por mudanças consideráveis, principalmente com o crescimento de religiões protestantes neopentecostais. Apesar disso, quando se observam os movimentos conservadores após 2000, notamos que a relação entre religião e Estado não consegue se desvencilhar totalmente uma da outra, resultando em interferência nos modos de ensino e demais aspectos da vida social e privada dos indivíduos em formação. A forma de controle que é presente também busca uma diminuição dos interesses individuais em prol do bem coletivo pela utilização da narrativa de irmandade, fatores esses que demonstram como o cotidiano brasileiro ainda é marcado de forma perceptível pelos princípios cristãos, mesmo que não o católico.

> Com a bandeira da educação como um direito individual de todos e do Estado como instituição que deve assegurar constitucionalmente tais direitos, o Manifesto expressou o imperativo da necessidade de expansão dos direitos sociais. Criticava concomitantemente o fato de a educação escolar atingir uma pequena parcela da população, o que se constituía em um privilégio de poucos (Rodrigues; Pita, 2023).

Portanto, embates enfrentados pelos escolanovistas, durante as décadas de 1920 e 1930, não foram ataques apenas vindos por motivações governamentais, mas também incluem grandes tentativas conservadoras de manterem o modelo tradicional, mesmo que fosse excludente com as demais camadas da população, para que fosse mantida a hierarquia social, dificultando os acessos não apenas à educação ou a uma possível melhora na condição social, mas também manter os sistemas eleitorais mais controlados aos seus interesses, uma vez que para ser eleitor deveriam ser do sexo masculino e deveriam ser alfabetizados e maiores de 21 anos de idade. Sendo assim, houve não apenas um interesse em se utilizar desses espaços para fortalecer Vargas enquanto líder brasileiro de forma antidemocrática, mas também representava interesses e valores de instituições e grupos que defendiam a manutenção da sociedade brasileira em prol de sistemas de poder.

As reformas realizadas pelas oligarquias de São Paulo, por exemplo, apoiaram as reformas locais de modo que o próprio estado apresentava a estrutura escolar e a formação necessária para que o professor fosse capaz de formar, a partir das narrativas defendidas pela elite oligárquica, não apenas para o desenvolvimento de crianças e jovens como apresenta a teoria escolanovista propriamente. A educação enquanto forma de mudança social, teoricamente, era princípio norteador para que as reformas fossem realizadas e para que o acesso fosse de fato ampliado e igualitário entre gêneros, graças às salas de aula mistas. Sendo, então, uma ameaça ao modelo social, movimentos conservadores não apenas foram contrários às ideias propostas, mas também foram capazes de se unir com tópicos de interesse próprio, como é o caso da defesa pela formação do indivíduo enquanto cidadão e, além de se apropriar, apresentaram-no de maneira a fazer com que essa formação fosse feita da maneira que eles desejavam, uma formação do indivíduo não enquanto sujeito crítico, mas capaz de seguir os ensinamentos morais e cívicos representados pela sociedade burguesa enquanto bons costumes, de modo a respeitar as hierarquias e viver enquanto parte de uma sociedade imutável

3- A IMPORTÂNCIA DA CRIANÇA NO CENÁRIO POLÍTICO E PEDAGÓGICO DO GOVERNO VARGAS

Como mencionado anteriormente, o movimento denominado Escola Nova ganha relevância no cenário educacional brasileiro, posicionando-se em contraposição aos princípios da educação tradicional, na qual a criança assume meramente o papel de receptáculo passivo de informações, submetida a conhecimentos pouco articulados com sua realidade concreta. Esse modelo exigia um esforço predominantemente intelectual e normativo, em detrimento de atividades práticas, o que contribuía para a alienação desses indivíduos enquanto cidadãos. Como consequência, a construção de suas identidades e posicionamentos sociais era frequentemente postergada, manifestando-se apenas em etapas posteriores, como no ingresso no mundo do trabalho.

Diante de uma situação fabril cada vez mais insustentável, movimentos e ideologias que defendiam transformações estruturais em prol dos trabalhadores, como o anarquismo e o comunismo, disseminaram-se rapidamente. O governo de Vargas, em resposta, instituiu-se sob um discurso protecionista, buscando conter tais ideias enquanto promovia medidas paliativas para melhorar as condições laborais, a exemplo da criação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943. Tais políticas visavam a equilibrar os interesses entre patrões e empregados, evitando que fossem interpretadas como concessões às demandas dos movimentos operários mais radicais. Paralelamente, o líder consolidou uma retórica nacionalista, aproximando-se da população por meio de uma imagem paternalista e protetora, especialmente entre os jovens.

É notável que, em ambos os contextos, a construção da imagem pública de Getúlio segue uma mesma lógica discursiva, evidenciando que seu projeto político incorporava, ainda que instrumentalmente, princípios da Escola Nova. Nessa perspectiva, a criança era concebida como um sujeito ativo e autônomo, cuja formação deveria ser orientada em benefício do Estado. A cartilha *Getúlio, o Amigo das Crianças* (1940) exemplifica essa estratégia, ao transmitir uma narrativa que incentiva os leitores a se identificarem com a nação brasileira, reforçando a ideia de que sua educação e desenvolvimento deveriam servir ao fortalecimento do país. Nesse processo, a figura de Vargas é apresentada não apenas como um modelo a ser seguido, mas como um mentor, consolidando sua influência sobre as novas gerações, como mostra o excerto a seguir:

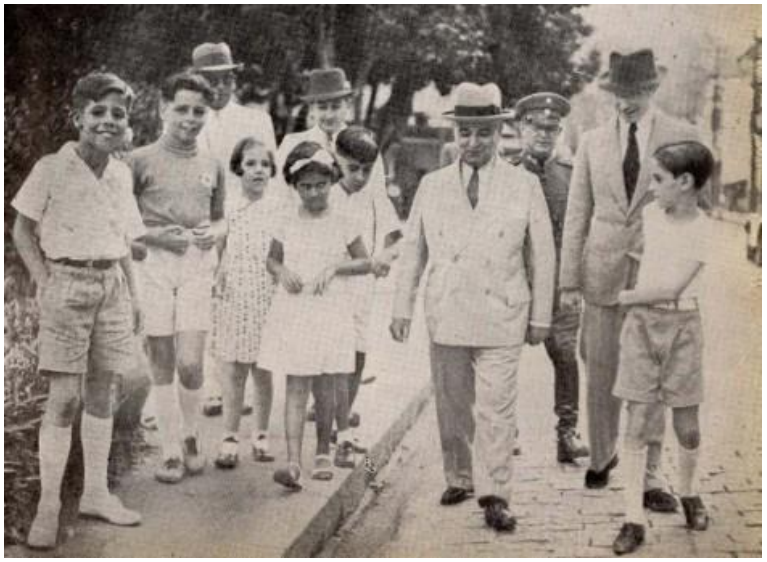
> É proverbial a predileção do presidente Getúlio Vargas pelas crianças. Ela constitui, sem dúvidas, um dos traços marcantes de sua personalidade e não se limita à maneira acolhedora como as recebe nas ruas, nos jardins públicos ou onde quer que as encontre, mas se concretiza nas mais altas e generosas iniciativas com que as ampara (Barros, 1940, p.2).

Assim, a estratégia para com esse público-alvo se dá por características pontuais da sua figura: o amigo protetor, em que a ternura é expressa de forma paternal, aquém de exemplo de trabalhador e patriota. Quanto à abordagem discursiva, observa-se que o governo se valia predominantemente de recursos visuais como estratégia de comunicação. As cartilhas e demais materiais propagandísticos destinados ao público jovem eram elaborados com ênfase em elementos imagéticos, nos quais Vargas era retratado invariavelmente em posição de proximidade física com as crianças, que figuravam ao seu lado, ou em seu colo, transmitindo a ideia de acolhimento afetivo e benevolência.

Para além do suporte escrito, registram-se também produções cinematográficas que documentavam a participação do presidente e de figuras-chaves de seu governo, como o ministro da educação Gustavo Capanema, em eventos de grande simbolismo para a construção da identidade nacional. Dentre esses eventos destacam-se cerimônias cívicas de relevo, como os desfiles do Dia da Independência e as Paradas da Juventude, ocasiões em que a presença das autoridades era cuidadosamente orquestrada para reforçar o pacto entre Estado, pátria e população infantojuvenil.

A foto abaixo exemplifica como as aparições do então chefe da nação eram admiradas pelas crianças, que o seguiam em caminhada.

IMAGEM 10- VARGAS CERCADO DE CRIANÇAS ENQUANTO ANDA PELA RUA



Fonte: DEPARTAMENTO DE IMPRENSA E PROPAGANDA (DIP). Getúlio, o amigo das crianças. Rio de Janeiro, 1940, p.27.

A imagem acima segue como exemplo de como suas aparições eram admiradas pelas crianças, que o seguem em caminhada enquanto o mesmo apresenta uma feição serena, indicando um diálogo entre eles e o líder de forma amigável.

Para compreendermos melhor a estratégia varguista em relação à educação de crianças e jovens, objetos desta dissertação, apresentaremos, a seguir, a construção da propaganda governamental em torno de representações associadas a Getúlio.

3.1- A FIGURA DE UM PAI

Em um contexto geral, Vargas ficou conhecido historicamente pela sua postura populista, sobretudo, em relação aos avanços na questão de direitos trabalhistas que garantiram, tanto aos trabalhadores quanto aos patrões, uma maior noção de estabilidade, com a introdução de um salário-mínimo e de jornadas limitadas, além de descansos garantidos por lei, contornando, com isso, a insatisfação entre os operários, evitando que o cenário de ampla divulgação e revolução que ocorreu na Rússia com as ideias comunistas não ganhasse forças, no contexto brasileiro. Além disso, essa postura beneficiou sua imagem que, unida com a propaganda constante pelos veículos de massa, como o rádio, foi crucial para seu retorno ao poder, entre 1951 e 1954, quando se suicidou.

IMAGEM 11 - VARGAS CARREGANDO UMA CRIANÇA EM SEUS BRAÇOS



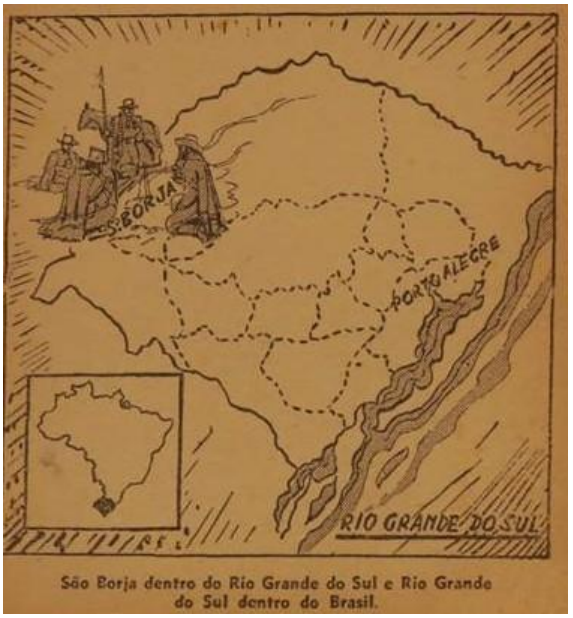
Fonte: DEPARTAMENTO DE IMPRENSA E PROPAGANDA (DIP). Getúlio, o amigo das crianças. Rio de Janeiro, 1940, p. 32.

Barros (1940) assim se manifestava sobre a atitude de Getúlio:

> Vê o teu grande amigo galgando essa escada grande, carregando nos braços uma criança. O que este flagrante te sugere? Por acaso não vês nele um instantâneo do momento excepcional da pátria? Não é o presidente que te ampara, subindo a escada do futuro?" (p. 31, com adaptações).

Na cartilha *Getúlio Vargas para Crianças* (1939), a estratégia utilizada é a de apresentar o presidente de maneira integral, em todas as fases da vida, incluindo a infância. Em grande parte das mensagens, a proposta indica um modelo de como deveriam se portar as crianças em diferentes momentos e aspectos da vida. Em sua introdução, é apresentado o contexto no qual Vargas nasceu e foi criado, no interior do estado do Rio Grande do Sul; vindo da área rural e de cultura gaúcha, que são veiculadas pelos trajes tradicionais, com a exibição cartográfica desse estado, em relação ao território nacional. Quanto ao espaço, são destacadas as características físicas da população, definida respectivamente, como “belas paisagens e gente robusta”.

IMAGEM 12- ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

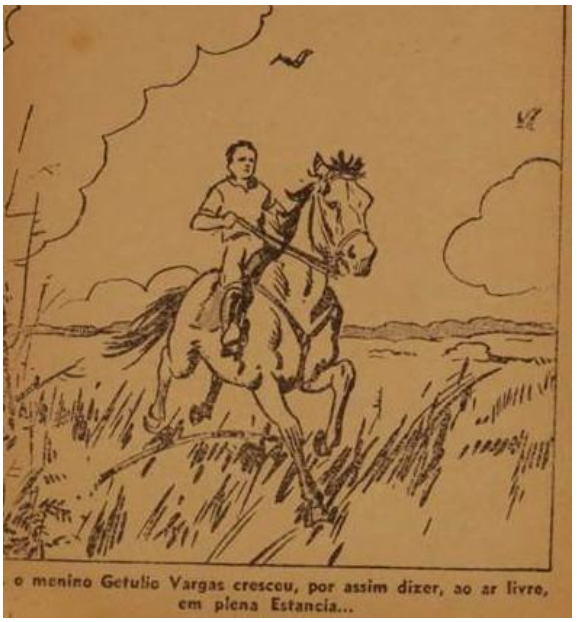


São Borja dentro do Rio Grande do Sul e Rio Grande do Sul dentro do Brasil.

Fonte: BARROS, Alfredo. Getúlio Vargas para crianças. 1. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca Pátria, 1939, p.6.

A caracterização de sua infância é feita inicialmente mostrando o contexto familiar, sendo filho de militar, o general Manoel Vargas, e de Dona Cândida, casal que é definido como “dotados de fortaleza física e de inteireza de espírito”, que tiveram cinco filhos, dentre eles Getúlio, criado a partir dos princípios morais cristãos, e já desde cedo atuando no trabalho, no caso, ajudando na organização de sua família com o trabalho rural.

IMAGEM 13 – A INFÂNCIA DE VARGAS


o menino Getulio Vargas cresceu, por assim dizer, ao ar livre, em plena Estancia...

Fonte: Barros, A. Getúlio Vargas para crianças. 1. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca Pátria, 1939, p.11.

Quanto aos estudos, Vargas frequentou a escola e foi letrado por uma professora, em seguida, teve sua educação assumida por um mestre, jornalista da cidade, e depois passou para outro tutor, sendo com esse que aprofundou seus conhecimentos científicos. Era descrito como um ótimo aluno, envolvendo-se em vários contextos, além dos deveres; era disciplinado e defendia a ordem, já apresentava boa oratória e participava de debates simulados, interpretando grandes líderes, relatados em *Getúlio Vargas Para Crianças* por Barros (1939).

Após sua formação inicial, Vargas ingressou no ensino superior, com conhecimento destacado de usos práticos e científicos. Posteriormente, se juntou às forças armadas, passando pela formação militar, fator que incentivou a se tornar o próprio modelo instaurado, o exemplo ideal de como deveria ser composto o indivíduo, letrado, socialmente participativo, disciplinado e patriota. Na imagem abaixo, temos Getúlio estudando em uma sala de aula:

IMAGEM 14 – GETÚLIO VARGAS ENQUANTO CRIANÇA E ESTUDANTE



Fonte: BARROSO, Alfredo. Getúlio Vargas para crianças. 1. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca Pátria, 1939, p.13.

3.2- O TRABALHADOR IDEAL

Na passagem “cada um daqueles meninos será um operário, um soldado, um marinheiro, que estará a postos para defender o Brasil”, destacado na cartilha Getúlio*, o amigo das crianças* (1940, p. 10), é expresso que a modernidade brasileira deveria ser composta pela mão de obra industrial, atividade econômica que deveria superar o comércio de produções agrícolas, que seria uma característica do passado a ser superado. Na ilustração abaixo, veem-se um profissional do setor industrial e um garoto ao seu lado, aprendendo sobre o trabalho.

IMAGEM 15 – A CRIANÇA E O TRABALHADOR



Fonte: DEPARTAMENTO DE IMPRENSA E PROPAGANDA (DIP). A Juventude no Estado Novo, p.17.

No texto anexo à imagem acima, encontramos:

> Havia abundância de doutores e falta de técnicos qualificados; o homem competente no seu ofício era raro; o artesanato decaiu diante das máquinas, sem que pudessem dispor de trabalhadores industriais. O Governo Nacional resolveu empreender, a esse respeito, obra discursiva. Além de modernizar os estabelecimentos existentes, ampliando-lhes a capacidade e eficiência, iniciou a construção de grandes escolas profissionais, que deverão constituir uma vasta rede de ensino popular, com irradiações por todo o país.

Na figura, identificamos que o jovem e o adulto, igualmente, se encaixam no modelo eugenista, como já visualizamos em imagens anteriores, ou seja, brancos com aparência europeia, sendo representados em um ambiente que remete ao trabalho moderno, como indicado no texto, e estão juntos, lado a lado, transferindo a uma mensagem de como a força do trabalho é a base da formação nacional, e que deve ter sua importância reconhecida, praticada e melhorada, durante o desenvolvimento das crianças e dos jovens, ainda na escola. A figura abaixo retrata o trabalho doméstico feminino.

IMAGEM 16 – IMAGEM FEMININA E O TRABALHO DOMÉSTICO



Fonte: Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). A Juventude no Estado Novo. Rio de Janeiro, 1941, p.16.

A transcrição da mensagem, “O trabalho é o maior fator da elevação de dignidade humana", simboliza a figura feminina, criança e adulta, em que a mulher está com vestes de dormir ensinando a criança a tricotar, ambos elementos que remetem ao ambiente doméstico. Sendo assim, por mais que no discurso o trabalho fosse tratado de forma geral, sem especificar o papel de cada um dos sexos, o contexto e a composição da imagem espelham a bagagem moral, ao inferir que o trabalho doméstico era o designado às mulheres. Diferentemente de outros adultos reproduzidos em situação de trabalho, exibidos com a feição séria, a mulher é retratada com um rosto alegre, como se estivesse atuando a partir de um sentimento maternal.

Na representação abaixo, vemos Vargas trabalhando em seu escritório. Anexada à imagem, temos o seguinte texto:

IMAGEM 17- VARGAS TRABALHANDO



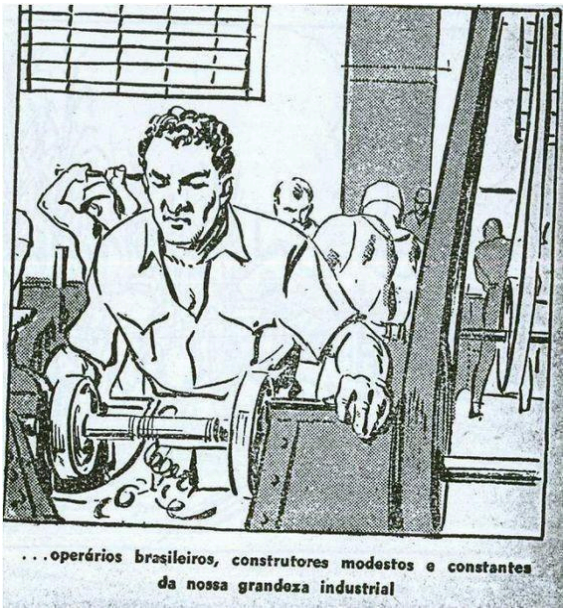
Fonte: DEPARTAMENTO DE IMPRENSA E PROPAGANDA (DIP). A Juventude no Estado Novo. Rio de Janeiro, 1941, p.21.

> No momento em que se providencia para que todos os trabalhadores brasileiros tenham casa barata, isentando-os dos impostos da transmissão, torna-se necessário ao mesmo tempo, pelo trabalho, se lhes garanta casa, subsistência, vestuário, a educação dos filhos.

Nesse contexto, o trabalho do então presidente é sublinhado para atingir a classe trabalhadora brasileira, focando os bens mais preciosos: o trabalho que garanta a casa própria, a subsistência, o vestuário e a educação. Em relação à população, é memorável o discurso de valorização do trabalhador, responsável pela riqueza e pela soberania nacional, uma vez que, por questões econômicas, era necessária a mão de obra para avançar a produção material brasileira, ao substituir o passado exportador de matéria-prima, caso do café, o principal produto comercializado naquela época.

Na figura 18, observamos os trabalhadores ideais, fortes, atentos à função desempenhada e exercendo-a de maneira constante.

IMAGEM 18 - TRABALHADORES OPERÁRIOS



Fonte: Barros, Alfredo. Getúlio Vargas para crianças. 1. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca Pátria, 1939, p. 61.

Como sugere a imagem, a representação desses trabalhadores é descrita, assim como a função da criança, como uma parte fundamental para o desenvolvimento da grandeza nacional. Segundo Rieger e Brum (2020, p.3), o trabalho de outrora tinha como proposta inicial formar o que se considerava como as indústrias de base, como as então criadas Companhia Siderúrgica Nacional (1941) e a Companhia Vale do Rio Doce (1942), voltadas para a exploração mineral do rico solo brasileiro. Por mais que sejam funções industriais mais simples e menos sofisticadas, a mudança do centro econômico assinala a transição de superar as atividades laborais passadas, demonstrando o compromisso de se modernizarem o Brasil e os brasileiros em um contexto geral.

A seguir, analisaremos a propaganda do governo varguista em relação à infância e à juventude, como forma de torná-las o futuro do Brasil, isto é, trabalhadores, patrióticos e cívicos.

3.3- AMIGO DAS CRIANÇAS

Em uma passagem de *Getúlio, o amigo das crianças,* é relatada uma abordagem feita com um garoto após uma fala pública de Vargas; ao ser questionado quanto ao seu sentimento em relação ao líder, ele teria afirmado de forma generalista "Nós gostamos dele porque não tem pose". Esse contexto, em sentido amplo, indica, subjetivamente, que o jovem se posiciona de forma ativa e coletiva com a sociedade que compõe. Em seguida, o mesmo garoto foi indagado sobre o motivo de sua visão positiva em relação ao governo; outro jovem complementa a fala do primeiro, afirmando que seu posicionamento se dá a partir do que ele presenciou em seu ambiente doméstico, em uma conversa entre sua mãe e sua tia, reproduzindo o que corresponde à parte essencial em sua formação, o ambiente familiar.

A propaganda varguista foi constituída de forma extremamente positiva que é possível encontrar nas cartilhas, não apenas nas imagens, mas, nas falas direcionadas à sua figura de uma maneira muito direta, o que auxiliava na configuração do líder nacional, como um amigo camarada defensor da infância, como constatamos no parágrafo anterior. Santos (2014) revela que:

> Instrumento de uma propaganda que chegou de modo capilarizado às instituições escolares, seja nas capitais, seja no interior dos estados brasileiros, o jornal escolar pode ser visto como difusor do ideário que sustentava as intenções de fascistização (p.187).

Notamos, na configuração das campanhas publicitárias sobre Vargas, certa familiaridade com os moldes da propaganda nazifascista que, além da mensagem afetiva de seus líderes, reforçava os ideais de comportamento e corpos robustos, inspirados na concepção da eugenia, como mencionamos anteriormente, e a figura abaixo ilustra isso.

IMAGEM 19- MULTIDÃO DE CRIANÇAS EM UM DISCURSO DE VARGAS



Fonte: DEPARTAMENTO DE IMPRENSA E PROPAGANDA (DIP). A Juventude no Estado Novo. Rio de Janeiro, 1941, p.15.

Os olhares atenciosos, enquanto Vargas se pronuncia em um palanque, com uma grande multidão formada por jovens atentos e sorridentes ao seu discurso, configuram como a imagem do governante foi moldada a partir de seu contato próximo ao público infantojuvenil, sendo recebido e ouvido de maneira entusiasta por eles e elas. O discurso anexado à imagem demonstra a urgente necessidade de se combater os "inimigos da moral e dos bons costumes", uma responsabilidade de todos os cidadãos, inclusive das crianças.

> Precisamos reagir em tempo contra a indiferença pelos princípios morais, contra os hábitos do intelectualismo ocioso e parasitário, contra as tendências desagregadoras, infiltradas pelas mais variadas formas na inteligência das moças, responsáveis pelo futuro da Nação (DIP. 1941, p. 15).

Ao realizar seus deveres e agir conforme o exemplo de Vargas, a juventude garantiria a grandeza do Brasil. Na cartilha *Getúlio Vargas para crianças,* percebemos como sua preocupação com a educação e com a formação infantojuvenil foi um importante elemento propagandístico de seu governo, com o exército, e com a classe trabalhadora, revelando que o espaço exercido pela infância marca sua importância na composição e no cenário nacional. A imagem a seguir, retirada da cartilha mencionada, traz uma sala de aula repleta de alunos.

IMAGEM 20 - A RELEVÂNCIA DA EDUCAÇÃO



Fonte: Barros, A. Getúlio Vargas para crianças. 1. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca Pátria, 1939, p.66.

3.4- O ESPÍRITO CÍVICO

Assim como propunha uma educação integral, tendo como base a disciplina militar, composta por formação de corpo, mente, espírito e moral, com esse último ligado tanto com os chamados bons costumes quanto à disciplina, a Associação Brasileira de Educação[7] (ABE), nos anos 1920, foi apresentada como incorporada ao governo Vargas, com a valorização da postura e da boa educação, a partir da expressão patriótica que aparece em todos os materiais estudados.

Nesse sentido, a educação anterior ao governo Vargas, ou seja, antes de 1930, assim como o contexto político geral, é descrita com capacidade reduzida de formar verdadeiros brasileiros, pois tinha por foco principal as questões centradas em cada região do país, dadas as características oligárquicas dos estados, como São Paulo, e Minas Gerais. Sendo assim, a formação não tinha uma unicidade, que representasse a ideia de nação e nacionalismo de forma objetiva, como que afirmado na própria cartilha *Getúlio, o amigo das crianças:*

> **Nas escol**as o regionalismo imperava, como um reflexo das competições políticas desenfreadas. [...] Não se trabalhava pelo Brasil; o pouco que faziam era pela própria região, mas vejo o presidente Getúlio Vargas tornar o Brasil mais brasileiro e mais brasileiros de todos os que nasceram no Brasil (DIP. 1940, p.9).

A educação preconizada pelo governo de Getúlio Vargas, a partir de 1930, visava à formação da unidade nacional, independentemente do local e do contexto cultural; para tanto, deveriam ser deixados de lado assuntos regionais, para ser estudada a história nacional, a partir de figuras consideradas heroicas, como Tiradentes, Dom Pedro II, demais presidentes e seus feitos à pátria, para que, desse modo, fosse constituída a identidade brasileira.

Em relação ao militarismo na educação, a proposta do ministro Gustavo Capanema, segundo Horta (2012), era a implementação curricular que fornecesse a formação integral do indivíduo, como, por exemplo, a importância dada à educação física, preocupação que ia além da questão da saúde, mas, como modo de preparo militar para os jovens, caso fosse necessária sua participação em uma guerra, no contexto de crise em que se encontravam os anos 1930 e 1940, com a Segunda Guerra Mundial.

---

[7] A Associação Brasileira de Educação foi criada em 1924 com o objetivo de renovar a educação brasileira. Composta por intelectuais da educação, médicos, professores, responsáveis de estudantes, atuou em diversos momentos, e inclusive foi responsável pelo Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova. Disponível em: https://www.abe1924.org.br/quem-somos

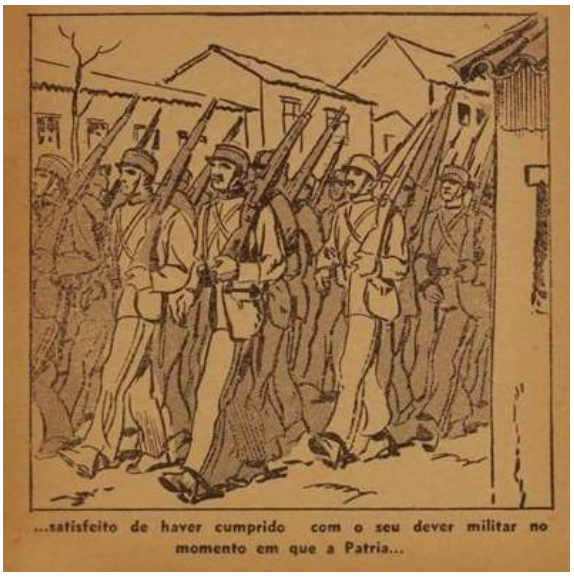
Sendo assim, a produção dos materiais didáticos, feita sob responsabilidade estatal, foi uma das estratégias incorporadas pela reforma Capanema, entre os anos de 1942 e 1946, com o objetivo de melhorar a educação, afetando a formação, não somente dos alunos, como também dos professores, ao controlar aquilo que deveria ser ensinado em sala de aula, e o modo pelo qual deveria ser transmitido, com vigilância dos diretores, dos inspetores escolares e dos docentes.

Em relação às cartilhas e aos livros didáticos, Santos (2014, p. 179) observa que,

> Os livros didáticos também podem ser vistos como instrumentos de uma propaganda dirigida à escola, que atua diretamente na classe e atinge o alunado por intermédio da ação docente, com finalidade de inculcação ideológica relacionada ao currículo.

O controle da sala de aula, via materiais didáticos, foi um recurso utilizado para se manter a ordem proposta pelo estado varguista, com lógica voltada ao militarismo, dentro do espaço escolar, cultivando nos escolares o apreço à conduta militar e refletindo a imagem do grande líder nacional.

IMAGEM 21 - O DEVER MILITAR



Fonte: Barros, A. Getúlio Vargas para crianças. 1. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca Pátria, 1939, p.19.

Como em todo o contexto, Vargas também é posicionado como exemplo na conduta militar, como mostra a imagem acima, ao descrever que participar do período dos deveres militares foi uma importante experiência para a sua formação, uma vez que, além de cumprir com o dever para com a pátria, constituiu-se, igualmente, sua grandeza como cidadão. A imagem 22 salienta que o serviço militar contribuía para a formação dos "bons brasileiros".

IMAGEM 22 - A FORMAÇÃO DO "BOM BRASILEIRO"



Fonte: DEPARTAMENTO DE IMPRENSA E PROPAGANDA (DIP). A Juventude no Estado Novo. Rio de Janeiro, 1941, p. 13.

A transcrição da imagem acima, "todos os bons brasileiros são soldados da sua grandeza", assim como em outras figuras anteriormente analisadas, são representados um menino e uma mulher adulta, ambos vestidos com roupas elegantes, remetendo à elite populacional, com a criança em um papel ativo, gesticulando como se estivesse falando, enquanto a figura feminina, adulta, e aparentemente vestida com um uniforme, entrega uma espécie de bastão pela boa conduta do garoto.

A consideração de ser um bom brasileiro, nesse contexto, é definida a partir da educação como um todo, isto é, o letramento, a cívica, e a moral, fazendo com que todos esses elementos resultassem numa expressão idealizada do "bom" cidadão brasileiro. Ao retratar os jovens como soldados, como vimos em muitas imagens presentes neste trabalho, remete-se à importância militar na educação, no sentido de Ordem, pois assim como representada na bandeira nacional, esse é o caminho para o Progresso, para a grandeza individual e da pátria.

Em outros momentos, ainda na cartilha *A juventude no Estado Novo*, é apresentado um trecho que fortifica a visão de Vargas quanto à questão militar:

> A grande virtude nacional, neste momento histórico deve ser uma virtude militar, a disciplina; as circunstâncias impõem à nossa conduta o atributo dos povos fortes- a tenacidade. A Nação disciplinada e tenaz há de realizar os seus altos objetivos de progresso, sob a proteção do pavilhão auriverde símbolo da unidade e da grandeza do Brasil (DIP. 1940, p. 24).

Como é possível notar, não apenas são destacadas a postura e a disciplina no cotidiano como necessário para se compor um brasileiro ideal, mas também, reconhecer a própria instituição militar como uma representação do Brasil forte, digno de orgulho.

Durante o mandato do ministro Gustavo Capanema no Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP), entre os anos de 1934 e 1945, faz-se mister lembrar a criação da Juventude Brasileira. Movimento que se assemelha muito aos formados na Alemanha e na Itália, durante seus governos totalitários. O ideário desse movimento, segundo Hoche (2017), era fazer uma conexão mais direta entre os jovens e o governo, mais especificamente com o governante, já que ele, em um todo, representa a nação nesse contexto. O projeto foi criado por Capanema na década de 1940, por uma lei que o regulamentava, como uma forma de se adentrar ainda mais no contexto escolar com a proposta de militarização, de educação cívica e moral e da promoção do discurso da saúde corporal, em prol de um futuro robusto e sadio. Ao estudar esse movimento, Hoche (2017) observou:

> Através do estudo da Juventude Brasileira é possível entender como a autoridade e o poder foram pensados pelo governo estadonovista e como eles foram postos em prática na sociedade, tornando o movimento de arregimentação dos jovens uma forma de legitimação e de exercício da ideologia formadora do Estado Novo (p. 116).

O movimento Juventude Brasileira é citado na cartilha *Getúlio, o amigo das crianças* (1940, p.14), como um movimento de civismo intenso, que materializava o plano de juventude ideal pelos moldes pregados e implantados na educação escolar, sendo suas representações majoritariamente em forma de fotografias em desfiles cívicos, em marcha, portando a bandeira do Brasil.

Em contexto geral, foi possível notar que a propaganda empregada no governo de Getúlio Vargas se utilizou da infância brasileira para se legitimar enquanto líder, baseando a sua identidade e narrativa de maneira positiva, amigável, preocupado e exemplar com esses indivíduos, demonstrando estar sempre presente e acessível para as crianças e jovens, como um modelo e um exemplo a ser seguido, na construção e no desenvolvimento do Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises das cartilhas apresentam a figura de Getúlio como modelo de trabalhador e cidadão, apresentado para o público-alvo de forma assertiva, direta e amigável. Nesse contexto, a escola é colocada como a primeira obrigação cidadã, e seus interlocutores, responsáveis pela transmissão e pela manutenção da ordem do país. As edições das cartilhas estudadas, apesar de manterem um discurso direcionado para a população em geral, representam a estética de colégios de elite, nos quais, a maioria presente, seja alunos sejam professores, são pessoas que se encaixam nas características dos padrões eugênicos europeus. O simbolismo da pátria se dá de forma constante, notadamente pela utilização de mapas e da bandeira nacional.

Nas reproduções fotográficas presentes na cartilha *Getúlio, o amigo das crianças* (1940), existe uma maior diversidade étnica e socioeconômica, em que o governante teve de forma direta com crianças e jovens, em diferentes cenários brasileiros. Nela, a figura de Vargas é retratada de maneira acessível e afetuosa, seja carregando crianças no colo, guiando-as pela mão, seja simplesmente observando-as com expressões afetuosas. Como aponta Saviani (2007), em relação ao período escolanovista presente nos anos varguistas,

> Impõe-se, pois, a conclusão: "ensinamos crianças, não matérias" é um slogan que a Escola Nova lançou contra a escola tradicional. Em suma, considerando que, com a predominância da escola tradicional, a vara foi entortada para o lado das matérias, a Escola nova, exercitando a "teoria da curvatura da vara", buscou curvar à vara para o lado da criança (p.387).

De uma maneira geral, a temática deste trabalho se relaciona com a pesquisa de livros didáticos e demais materiais. Segundo Rodrigues (2017), a função dos manuais didáticos é, de forma principal, a formação de alunos conforme seus locais e temporalidades, assim como se apresentam os materiais analisados.

A estratégia do governo Vargas quanto à educação de crianças e jovens em nível primário, atual ensino fundamental, é posicionar esses indivíduos politicamente, incorporando-os como cidadãos e futuros trabalhadores, com deveres a cumprir perante a pátria. Para isso, uma estratégia utilizada foi a produção de conteúdos voltados à educação, não somente para serem utilizados no ambiente escolar, mas também como uma forma de se aproximar, de forma mais direta, dessa parcela da população, de maneira literária e visual, demonstrando uma impressão paternal, protetora e exemplar.

Em cada edição, há características próprias na maneira de abordagem, como por exemplo, a cartilha *Getúlio, o amigo das crianças*, temos majoritariamente textos que focam na obrigação da criança em estudar para se formar e ser um bom cidadão; já em *Getúlio Vargas para crianças*, a imagem do líder é o principal foco, apresentando um discurso de grande valorização do trabalho, mencionando momentos em que Getúlio é a representação do grande trabalhador, que não se cansa de trabalhar, sempre disposto a zelar pelo Brasil. Gonçalves Filho (2021), ao pesquisar sobre o então ensino primário, aponta que:

> O ensino primário deve dar os elementos essenciais da educação patriótica. Nele, o Patriotismo, esclarecido pelo conhecimento elementar do passado e do presente do País, deverá ser formado como um sentimento vigoroso, como um alto fervor, como amor e devoção, como sentimento de indissolúvel apego e indefectível fidelidade para com a Pátria (p.93).

Sendo assim, é perceptível que Vargas se utilizou da infância e do ambiente escolar para fortalecer sua imagem como líder da nação, promovendo o identitarismo e a união dos brasileiros. Podemos afirmar que a formação da infância, a partir da educação escolar no período, tem como proposta formar indivíduos de maneira integral, para além do conhecimento letrado, praticando a educação moral e cívica, e se relacionando de forma objetiva com as questões da saúde e do militarismo.

Ao promover a higiene e a diminuição de doenças, a propaganda do corpo ideal a ser alcançado, para melhor representar o Brasil, era amparada em ideais eugenistas, e pouco representativa para a grande parcela da população brasileira, que não possuía esse biotipo. As imagens mostram apenas crianças brancas e uniformizadas, de acordo com os princípios e a conduta dos colégios de elite. Nas demais fotografias, em que o presidente está com crianças nas ruas e com vestes do dia a dia, o foco se apresenta majoritariamente em seu perfil.

A utilização da emotividade das crianças e jovens, apesar de se fazer presente desde o século XIX, quando analisada no governo de Getúlio Vargas, entendemos que seu impacto foi direto e conciso, capaz de configurar o sentimento de pertencimento entre os indivíduos formados dentro desse ideário.

Os recursos imagéticos unidos com os excertos de discursos de Vargas são arregimentados de maneira a se complementarem; porém as imagens, seja as figuras ilustradas, seja as fotografias, conseguem de forma singular trazer consigo mensagens completas, demonstrando padrões de presenças e ausências, posturas e elementos que por si mesmos demonstram mensagens diretas de ordem, disciplina, devoção e carinho, pelo Brasil e pelo próprio líder.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alves, L.H; Saramago, G.; Valente, L.F; Sousa, A.S. **Análise documental e a sua contribuição no desenvolvimento da pesquisa científica.** Cadernos da Fucamp, v.20, n.43, p.51-63/2021.

Aranha, M. L. A. **História da educação.** 2. ed. São Paulo: Moderna, 2005.

Barros, A. **Getúlio Vargas para crianças.** 1. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca Pátria, 1939.

Bittencourt, C. M. F. **Livro didático e saber escolar 1810-1910.** 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

Brasil. Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). **Getúlio, o amigo das crianças.** Rio de Janeiro, 1940.

Brasil. Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). **A Juventude no Estado Novo. Rio** de Janeiro, 1941.

Bray, C. **The education of the feelings.** 2. Ed. Londres: Longman, 1849.

Burke, P. **Testemunha ocular: história e imagem.** Tradução por Santos, Véra Maria Xavier dos. Bauru: EDUSC, 2004.

Carvalho, M. M. C**. A Escola Nova e o impresso: um estudo sobre estratégias editoriais de difusão do escolanovismo no Brasil.** In: Faria Filho, Luciano Mendes de (Org.). Modos de ler, formas de escrever: estudos de história da leitura e da escrita no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p.65-86.

Carvalho, M. M. C. **Molde nacional e fôrma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931).** Bragança Paulista: EDUSF, 1998.

Carvalho, M. M. C. de. **(2004). A Escola Nova no Brasil: uma perspectiva de estudo. Revista Educação Em Questão, 2**1(7), 90–97. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/8382. Acesso em: 02/02/2026

Chartier, R. **A Nova História Cultural existe?** Rio de Janeiro, Letras, 2006.

Choppin, A**. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte.** Tradução de Maria Adriana C. Capello. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 549-566, set./dez. 2004.

Dewey, J.; Teixeira, A. **Vida e educação.** 2. ed.-. São Paulo: Melhoramentos, 1919.

Dialogia, São Paulo, n. 38, p. 1-14, e19754, maio/ago. 2021. Disponível em:https://www.scielo.br/j/edur/a/MKMGsxNdx8N4dDGmPPR3Hs m/?format=pdf&lang=pt. Acesso em:02/02/2026.

Dubois, P. **O Ato fotográfico e outros ensaios; tradução Marina Appenzeller -** Campinas, SP. Papirus, 1993.

Francisco Filho, G. **A educação brasileira no contexto histórico.** Campinas: Alínea, 2001.

Freitas, B; Motta, V.R; Costa, W.F. **O livro didático em questão.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

Gatti Junior, D. **Dos antigos manuais escolares aos modernos livros didáticos de história no Brasil, dos anos sessenta aos dias atuais.** Icône, Uberlândia, v. 6, n. 1, p. 97-116, jan./jun. 2000.

Ghiraldelli Jr, P. **História da Educação.** 2. ed. São Paulo: Cortez. 2001.

Gomes, M.A.O.; Rodrigues, A.A.; Pita, C.A**. Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932): consolidação de interesses.**

Hoche, A. A. **A hora da juventude: a mobilização dos jovens no Estado Novo (1940-1945).** 2015. 178 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

Hoche, A. A. **A juventude brasileira e o presidente Vargas. Cordis: Dimensões do Regime Vargas,** São Paulo, v. 2, n. 19, p. 114-151, jul./dez. 2017.

Horta, J. S. B. **O hino, o sermão e a ordem do dia: regime autoritário e educação no Brasil (1930-1945).** 2. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

IBGE. **Construção do território. In: Brasil 500 anos.** Disponível em: https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e povoamento/construcao-do-territorio.html.

Kuhlmann Junior, M. **Histórias da educação infantil brasileira.** Revista Brasileira de Educação, Nº 14, 2000.

Ligeiro, D.C; David, A.; Lopes, S.F**. Livro de registro de inspetores escolares: Fonte de pesquisa para a história da educação regional. Dialogia,** [S. l.], n. 38, p. e19754, 2021. DOI: 10.5585/38.2021.19754. Disponível em: https://periodicos.uninove.br/dialogia/article/view/19754.

Lima, R. M; Poli, L.M; José, F. S. A **Evolução Histórica dos Direitos da Criança e do Adolescente: da insignificância jurídica e social ao reconhecimento de direitos e garantias fundamentais.** Rev. Bras. Polít. Públicas (Online), Brasília, v. 7, nº 2, 2017 p. 313-329.

Lopes, T. C. **A sociologia sai da escola: a Reforma Capanema de 1942 e as disputas dos católicos em torno da disciplina no Brasil.** Rev. Bras. Hist. Educ., 24, e334, 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbhe/a/bbMcwKQWYGrkCym7jksY4wv/?fo rmat=pdf&lang=pt. Acesso em: 04/02/2026

Mate, C.H. **Tempos modernos na escola: os anos 30 e a racionalização da educação brasileira.** Bauru: EDUSC,2002

Mauad, A. M. **Poses e flagrantes: ensaios sobre história e fotografias.** Niterói: EdUFF, 2008.

Molina, A. H. **Imagens como Fonte de Pesquisa sobre a Educação e o Ensino.** V Congresso Internacional de História. 2011.

Moreira, K. H.; DÍAZ, J. M.H. **História da educação e livros didáticos.** 1. Ed. Campinas: Pontes, 2017.

Montalvão, S. S. **Gustavo Capanema e o ensino secundário no Brasil: a invenção de um legado.** Revista História Da Educação, 25, e108349. Recuperado de https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/108349. 2021.

Nagle, J. **Educação e Sociedade na Primeira República.** 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2009

Narita, F. Z. **Moral, educação e religião na civilização da infância no Segundo Reinado (1854-1879).** Tese de Doutorado em História, Unesp. 2016.

OLIVEIRA, A. L.; MELO, Danielle R.S.C.; LIMA, F.S.C; SILVA, R. F. C.; ALVES, S.B**. Era Vargas e a educação: um estudo do contexto histórico e político dos avanços educacionais da época.** Revista Educação Pública, Rio de Janeiro, v. 23, nº 39, 2023. Disponível em: https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/23/39/era-vargas-e-a-educacao-um-estudo-do-contexto-historico-e-politico-dos-avancos-ed ucacionais-da-epoca. Acesso em 02/02/2026.

Oliveira, R. I. **Palavras ao trabalhador: comunicação, autoritarismo e consenso no Estado Novo (1937-1945).** Revista Histórias Públicas, ano 3, n. 5-Jan./Jun. 2025. Disponível em: https://revista.uemg.br/historiaspublicas/article/view/8918/5960. Acesso em 03/02/2026.

Pinto, F. M. **O VERMELHO E O NEGRO: Intolerância, Construção da Identidade Nacional e Práticas Educativas durante o Estado Novo (1937 – 1945).** Dissertação de Mestrado. UFMG, 2011.

Rodrigues, R. R. **et al. Possibilidades de pesquisa em história.** São Paulo: Contexto, 2018.

Santos, A.V. **Escritos sob os regimes políticos de Vargas e Mussolini: para uma "fascistização da infância?** Revista Brasileira De História Da Educação, 14(1[34]), 165-194.

Saviani, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil. Campinas:** Autores Associados, 2007.

Saviani, D; Almeida, J. S; Souza, R. F.; Valdemarin, V. T. (Org.). **O legado educacional do século XX no Brasil.** 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2014.

Silva, A.P. **"A lição da mocidade reta": um olhar sobre biografias de Getúlio Vargas para crianças e jovens (1937-1945).** 2011. 112f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

Silva, E.T. da. **Livro didático: do ritual de passagem à ultrapassagem.** Em Aberto, Brasília, DF, ano 16, n. 69, p. 11-15, jan./mar. 1996.

Silva, H. E.; Santos, J. A. **Uma reflexão sobre Reformas educacionais no século XX e XXI e o ensino da História. O reviver de antigas propostas na reforma (contrarreforma) do Ensino Médio.** V Congresso Nacional de Educação, 2018

Silva, M.A. **A fetichização do livro didático no Brasil.** Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 37, n. 3, p. 803-821, set./dez. 2012.

Souza, V. S. **Eugenia, racismo científico e antirracismo no Brasil: debates sobre ciência, raça e imigração no movimento eugênico brasileiro (1920-1930).** Revista Brasileira de História, vol. 42, no 89 p. 93-115, 2022.

Sposito, M. E. B. (Org.). **Livros Didáticos de Geografia e História: avaliação e pesquisa. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2006, (p.15-25).** Disponível em: TEXTO+Encontro.PDF. Acesso em: 06/02/2026.

Torres, J.A.A; Lima, W.M. **Manifesto Dos Pioneiros Da Educação Nova (1932) - 90 Anos–Emérito Saber esvaindo-se o tempo.** Revista Foco, Curitiba. 16.n.10 e3340, p.01-18 2023. Disponível em: https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/3340/2224. Acesso em: 20/01/2026.

Veiga, C. G. et al. **História da educação.** São Paulo: Ática, 2007.

Veiga, C.G.; Faria Filho, L. M. **Infância no sótão.** Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

Xavier, L. N. **O Brasil como laboratório: educação e ciências sociais no projeto do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais CBPE/INEP/MEC (1950-1960).** Bragança Paulista: EDUSF, 1999.

Xavier, M.C. **Manifesto dos Pioneiros da Educação: um legado educacional em debate.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002

PRODUTO FINAL DA DISSERTAÇÃO - CARTILHAS

IMAGEM 23 - CARTILHA PARA USO EM ENSINO MÉDIO



IMAGEM 24 – CARTILHA PARA USO NO ENSINO FUNDAMENTAL II



IMAGEM 25- CARTILHA PARA USO EM ENSINO FUNDAMENTAL I

